



Anais da Assembléia

N.º 45

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 1990

ANO XVI

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 27.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1990

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gérnate Kirinus, Hermas Braddão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leonidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beráldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Paulino José Delazeri e Quielse Crisóstomo (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, as aparências demonstram que nós não temos quórum nem no plenário, e nem nas galerias, por isso eu requero verificação de votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Eu requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho que Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli, prefere quórum nas galerias.

O SR. PEDRO TONELLI - Nos dois, mas de preferência aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho que a preferência é nas galerias, mas nós vamos atender a Vossa Excelência e vamos proceder à chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - PROCEDE À CHAMADA NOMINAL.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta e quatro Srs. Deputados responderam a Chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Sob o n.º 90/90/O.E., do Sr. Desembargador Frederico Mattos Guedes - Relator do Tribunal de Justiça, solicitando providências desta Assembléia, nos termos do disposto no artigo 54, inciso VI da Constituição Estadual, conceda licença para o processamento da Denúncia Crime n.º 10633-2, de Curitiba, oferecida contra o Deputado José Felinto.

Ao Conhecimento da Casa.

REQUERIMENTO N.º 1029

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Douto Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 175/89 que concede pensão mensal a viúvas de ex-Prefeitos. REQUER-SE ainda, a inclusão na Ordem do Dia, e o Parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

REQUERIMENTO N.º 1030

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Douto Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n.º 97/90 que assegura 50% das vagas nas faculdades e univer-

sidades públicas a vestibulandos aprovados, mas que tenham cursado integralmente o 2º grau nas escolas públicas.

REQUER-SE, ainda, a inclusão na Ordem do Dia e o Parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

REQUERIMENTO N° 1031

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 314/89, que dispõe sobre a alienação de patrimônio das universidades públicas estaduais.

REQUER-SE ainda, a inclusão na Ordem do Dia e o Parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1032

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 356/89, que dispõe sobre a instalação de unidades de saúde às margens das rodovias estaduais.

REQUER-SE ainda, a inclusão na Ordem do Dia e o Parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1033

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 168/90, que institui Passe Especial Único aos portadores de doença crônica, em tratamento contínuo e a deficientes com reconhecida dificuldade de locomoção.

REQUER-SE ainda, a inclusão na Ordem do Dia e o Parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1034

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 167/89, que regulamenta o uso de produtos dietéticos no Estado do Paraná, através da Secretaria de

Estado da Saúde.

REQUER-SE ainda, a inclusão na Ordem do Dia e o Parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja colocado na Ordem do Dia, em Regime de Urgência, o Projeto de Lei n. 208/90, que altera dispositivos da Lei n. 7.208/79, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais e parlamentares, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja colocado na Ordem do Dia, em Regime de Urgência, o Projeto de Lei n. 272/89, que altera dispositivos da Lei do ICMS.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1042

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o projeto de lei Complementar n. 040/90, de autoria do Deputado requerente, que regulamenta a utilização de transporte coletivo urbano e das regiões metropolitanas, gratuitamente, por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais, conforme o artigo 224 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Resolução n. 36/90.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e especificamente com base ao disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral no dia 26 de

abril às 14:30 horas, para apreciar o Projeto de Lei n. 261/90, oriundo da Mensagem Governamental n. 86/90, que autoriza o Poder Executivo a firmar com os Municípios de Maringá, Francisco Beltrão e Ponta Grossa, termo de cessão de uso de imóveis havidos pelo Estado, com áreas e localizações que especifica.

Sala das Sessões, em 25.04.90

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1043

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná em COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO para apreciação do Projeto de Lei Complementar n° 40/90, de autoria do Deputado requerente, cuja finalidade é regulamentar a utilização de transporte coletivo urbano e das regiões metropolitanas, gratuitamente, por portadores de deficiências físicas, mentais ou sensoriais, conforme o artigo 224 de Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário a anexação do Projeto de Lei n° 222/90, de autoria do Deputado Hermas Brandão, ao Projeto de Lei n° 214/90, de minha autoria, sendo que os mesmos tratam da criação do Município de TAMARANA-PR.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(aa) ORLANDO PESSUTI.

HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 1016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 1014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de Regime de Urgência e a re-inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 127/90, de autoria do Poder Executivo

(Mensagem n° 59/90), que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação de parte do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1018

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, sejam oficiados votos de congratulações à Presidência do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, para conhecimento das subseções da Entidade do Paraná, pelo transcurso do dia do contabilista, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelos nobres profissionais à sociedade paranaense, cujo trabalho, embora dos mais árduos e sacrificados, é imprescindível ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado, tornando-os merecedores do reconhecimento de toda comunidade.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1044

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ - APP, pelo transcorrer do seu 43º aniversário de fundação.

Durante todo o período de sua existência, a Associação desenvolveu um profícuo serviço em favor dos direitos dos mestres, enfrentando, sempre, inúmeras dificuldades que foram superadas, principalmente, graças à enorme força de vontade de seus diretores que nunca mediram esforços na reivindicação de melhores condições para o exercício pleno do magistério e da nobre função da educação.

Que do teor do presente seja dada ciência à entidade em questão.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1058

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na Ata da sessão de hoje, voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular, pelos resultados apresentados na sua convenção anual que ora se realiza em São Paulo.

Na sessão noturna de ontem da qual estive presente foi lembrado o trabalho do

primeiro Pastor brasileiro da referida obra, o Reverendo Júlio Rosa, que foi o pioneiro da pregação das mensagens quadrangular em nosso Estado.

O Paraná foi também prestigiado pela reeleição da Pastora Odá de Castro Pessanha, Cidadã Benemerita do Paraná, e Titular da 3.^a Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, para o cargo de 2.^a Tesoureira do Conselho Nacional de Diretores da notável organização religiosa.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência ao Conselho Nacional de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular e à Pastora Odá de Castro Pessanha.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, "VOTO DE REGOZIJO" e o envio de cumprimentos pela passagem do 83° aniversário de fundação do Jornal "DIÁRIO DOS CAMPOS", de PONTA GROSSA, a ser comemorado no dia 27 de abril do ano em curso, órgão de divulgação da maior expressão no seio da comunidade princesina, que tem à testa a brilhante figura do Doutor HENRIQUE DYNIEWICZ, diretor presidente e do Senhor ERCÍLIO SLAVIERO, diretor proprietário, personalidades de indubitável capacidade profissional e administrativa, aos quais rendemos a nossa homenagem, pela significativa representatividade com que vêm conduzindo aquele conceituado matutino.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência da proposição em apreço, no seguinte endereço: Rua Teodoro Rosas, n° 871 - Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1053

Senhor Presidente.

Requeiro a Mesa, ouvida a Casa, o envio do presente pronunciamento ao Senhor Governador do Estado e à Presidência da Copel.

Sala das Sessões em, 25.04.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A COPEL está devendo explicações à população do Paraná. As tarifas lançadas para o mês de abril, com data de vencimento a partir de dia 20 último, vieram com um aumento de até 160 por cento. O que os paranaenses esperavam é que, com a edição do chamado plano Cruzeiro, as tarifas públicas parassem à sua escalada inflacionária. Mas, não foi o que ocorreu. E a

Companhia de Energia Elétrica do Paraná é um exemplo disso. Há mais de 30 dias da ordem de congelamento, as contas distribuídas aos paranaenses dobraram e até triplicaram.

Causa estranheza que uma empresa do porte da Copel lance suas cobranças sem sequer vir a público provar sua razão, já que, instada pela imprensa, a Copel alegou estar dentro de seus direitos. Esta atitude, de impingir normas num total alheamento dos interesses dos consumidores é muito própria das empresas públicas. Todas se acreditam acobertadas pela tutela do Estado e, dentro disso, privilegiadas pela legislação.

Ora, ao consumidor interessa saber por que o seu salário foi congelado e a sua conta de luz não? A ele cabe o direito de reclamar, mas nunca de ter razão. A empresa joga-lhe em cima seus computadores, seus técnicos, e reduz os números de seu contador a mero enfeite. É por isso que os consumidores quase não reclamam. Quando é uma empresa particular a envolvida na dúvida, os representantes do capital privado têm, via de regra, interesse em demonstrar como agem. Mas, em se tratando de empresa pública o Estado é voraz. O consumidor sabe disso, e sempre se conforma.

A nossa intervenção, no caso das tarifas da Copel, tem a finalidade de alertar a empresa para o fato de que o monopólio do serviço não a torna onipotente, dispondo do dinheiro dos consumidores sem maiores explicações. Se o aumento nas tarifas é de fato legal, como alega a Copel, que venha a público dar aos paranaenses suas razões. As tarifas distribuídas bem poderiam contar com uma papeleta anexa, justificando os aumentos. Da forma como foi feita, a Copel é das primeiras a dar ao Plano Cruzeiro uns ares de plano Cruzado, quando só os alimentos congelaram e tudo mais subiu às alturas.

A Copel presta um serviço essencial à população do Paraná. Daí sua grande responsabilidade em não deixar que sua lisura seja colocada sob suspeita. Uma empresa do tamanho da Copel, com mostras de eficiência e capacidade para gerir a energia do Estado deve ter consciência suficiente para saber que um dos pontos principais em relação a seus consumidores é a comunicação. Aumentar tarifas sorrateiramente, sem uma explicação leal e definitiva, é uma atitude que não combina com o Brasil que estamos vivendo hoje.

REQUERIMENTO N° 1054

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual que este subscreve pede à Mesa da Assembleia que, ouvido o Plenário, faça saber à SANEPAR da perplexidade dos usuários

do sistema de abastecimento de Curitiba pela disparidade entre as altas taxas do serviço fornecido, e baixa qualidade do produto fornecido, conforme amostra anexa, colhida pelo usuário/contribuinte do hidrômetro de sua casa, no bairro do Bom Retiro, hidrômetro este de número 1000-B-57760-4-1, sito à rua Roberto Barroso, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Já em 12 de março passado, atendendo reclamações populares vindas de bairros tão diversos quanto o Alto de São Francisco, Santa Felicidade/Jardim Itália, Santa Quitéria, ou Cachoeira, falávamos da cor ferruginosa e barrenta que tornava a água da "torneira da rua" em diferentes residências, rejeitável até pelos animais domésticos, e impraticável para lavagem de roupas ou louças.

Hoje, comissão de contribuintes/usuários do bairro do Bom Retiro veio à Assembleia trazer a este Deputado portador de amostra de água colhida, esclarecendo - para vexame do serviço público - "não se tratar de urina, mas sim de água da Sanepar..."(sic).

Pede-se à SANEPAR, sempre tão útil aos paranaenses, e de competência técnica tão reconhecida, que se empenhe em restabelecer a qualidade da água, revendo do "drenos de término de linha" e outros mecanismos de controle de qualidade do produto final.

REQUERIMENTO N° 1019

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja oficiado ao ilustre Secretário de Estado da Política Habitacional, expediente solicitando a construção de casas populares no município de Sapopema.

Justifica-se o presente pedido, em função da necessidade de se abrigar centenas de famílias que estão sem condições de moradias, e ainda em função dos deslizamentos que houveram no município, tendo em vista as chuvas oriundas no mês de Janeiro.

Do presente Requer, se dê conhecimento à Senhora Dirce Guedes Cervi, à Rua Mateus Leme n° 1620 - Ap. 304 - Centro Cívico, nesta Capital e à Câmara Municipal de Vereadores do município de Sapopema.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1038

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para o Albergue Noturno de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Noturno de Campo Mourão, é uma entidade assistencial que vem mantendo uma tradição de bom atendimento, atendendo a pessoas carentes da região. Entretanto por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1039

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Alan Kardec, localizada em Peabiru.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Creche Alan Kardec, localizada em Peabiru, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à SEAC - Secretaria Especial de Ação Comunitária, solicitando informações sobre o porquê dos distribuidores de leite não estarem aceitando os "tiquets" fornecidos à população carente de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Segundo diversas denúncias apresentadas a este Parlamentar, os supermercados e as panificadoras de alguns bairros desta Capital recusam-se a fornecer o leite em troca dos "tiquets", alegando que as Cooperativas fornecedoras do produto (exceto a CLAC) também não aceitam os referidos "tiquets" por motivos ignorados, razão pela qual fazemos esta solicitação.

REQUERIMENTO N° 1015

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE C.R.C., contendo votos de congratulações, pela passagem do "dia do contabilista" que hoje se comemora.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

REQUERIMENTO N° 1017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Saúde Manoel de Almeida Netto, solicitando a remessa a esta Casa de Leis de cópias autenticadas dos processos - Tomada de Preços n° 022/90, FCMR e Tomada de Preços n° 019/90 - FCMR, referente à compra de materiais e equipamentos para o Hospital da Zona Sul, de Londrina e às obras de construção do Centro de Hemoterapia, em Pato Branco, respectivamente, dentro do prazo Constitucional.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência deste à Secretaria de Estado da Saúde, para que preste informação sobre o requerimento.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

748177/90 - Of. n° 416/90 - Encaminha processo que trata da Tomada de Preços n° 025/90-FCMR, referente à aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares para diversas unidades, conforme especifica. "I - Homologo o procedimento licitatório. II - Autorizo a contratação, bem como a efetivação das despesas, nos termos do Parecer n° 379/90 - DTJ/SAT-CC, atendidas as exigências legais. Em 20/04/90". - (Enc. proc. à SESA, em 20/4/90).

748179/90 - Of. n° 436/90 - Solicita convalidação para a Tomada de Preços n° 022/90 FCMR, referente à compra de materiais e equipamentos para o Hospital da Zona Sul, de Londrina, conforme especifica, "Anulo o procedimento licitatório em face das razões alinhadas no Parecer n° 364/90-DTJ/SAT-CC. Em 20/4/90". - (Enc. proc. à SESA, em 20/4/90).

766953/90 - Of. n° 417/90 - Solicita convalidação para a Tomada de Preços n° 019 - FCMR, referente às obras de construção do Centro de Hemoterapia, em Pato Branco. "Anulo o procedimento licitatório em face das razões alinhadas no Parecer n° 339/90-DTJ/SAT-CC. Em 20/4/90". - (Enc. proc. à SESA, em 20/4/90).

REQUERIMENTO N° 1026

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder, à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para o asfaltamento do trecho compreendido entre o município de BOA ESPERANÇA AO DISTRITO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, passando por ARAPUAN.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Grandes são os benefícios levados às comunidades com a concretização do asfaltamento em suas vias públicas e de acesso.

Encurtando distâncias, aumentando a segurança do transporte, oferecendo conforto às pessoas e conseqüentemente gerando o progresso em todas as duas matizes.

Ciente da relevância desta proposição e da constante preocupação por parte desta Secretaria em promover tais benefícios às cidades interioranas do Estado, ficamos no aguardo de um parecer favorável.

REQUERIMENTO N° 1027

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder, à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDU, ao Departamento de Estradas e Rodagens - DER, e à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade para a construção de uma Balsa sobre o Rio Piquiri, ligando os municípios de Altamira do Paraná - Guaraniaçu, no trecho da Estrada da Bota.

A presente reivindicação nos foi encaminhada através de diversas lideranças destas localidades as quais apresentaram os inúmeros benefícios que este intento proporcionaria, face à sua concretização, dentre os quais, o encurtamento de distância e a maior agilização nos negócios envolvidos na questão, conseqüentemente promovendo a aceleração do desenvolvimento local.

Dada a relevância desta proposição, esperamos poder contar com a costumeira atenção dos órgãos responsáveis por este estudo e ficamos no aguardo de um parecer, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1028

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ofi-

cial deste Poder, à Secretaria de Estado da Saúde, visando a inclusão no Programa de Módulos Sanitários daquela pasta, o município de Roncador, dando preferência ao atendimento às escolas municipais daquela localidade.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido programa, reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento. Tais módulos se destinam ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias às famílias de baixa renda, principalmente.

Por este motivo e por considerar a relevância desta proposição, ficamos no aguardo de um parecer favorável, dentro da brevidade que a própria questão requer.

REQUERIMENTO N° 1040

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a instalação de um redutor de velocidade em frente à Escola Estadual Profa. Ângela Sandri Teixeira, ensino de 1° grau, no município de Almirante Tamandaré, localidade de Tranqueira.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Na localidade em questão, embora o tráfego intenso de veículos, o risco de acidentes era, até bem pouco, controlado pelo posto da polícia rodoviária ali instalado.

Lamentavelmente, por razões que não nos cabe questionar, o posto foi transferido para outro ponto da rodovia, criando uma situação de insegurança para as centenas de crianças que por ali transitam, diariamente, em função do estabelecimento escolar.

A instalação de redutores de velocidade é uma solução viável, a ser implantada em curto prazo, e cujo custo é infinitamente inferior ao risco que os usuários daquele trecho rodoviário constantemente são expostos, inclusive, com a ocorrência de graves acidentes.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor Prefeito Municipal e Vereadores de Almirante Tamandaré, bem como à Direção do estabelecimento supra mencionado.

REQUERIMENTO N° 1041

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à FUNDEPAR, gerenciando pela construção em caráter urgente, de uma escola de primeiro grau na localidade Linha Cordeiro-Jaboticabal, no município de Mariópolis.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Tem o Estado um compromisso inalienável com a educação da população. Logicamente que esse compromisso passa pela garantia de acesso da população a todos os níveis de educação sistemática. É visando garantir esse princípio que gerenciamos - em caráter de apelo - à FUNDEPAR, pela construção de uma unidade escolar no município de Mariópolis, na localidade Linha Cordeiro - Jaboticabal, região que, pelo crescimento experimentado nos últimos anos, carece com urgência de uma escola de primeiro grau. Tal estabelecimento viria atender a crianças em idade de escolarização - numerosas que são - provenientes de famílias moradoras do local.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mariópolis.

REQUERIMENTO N° 1045

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, solicitando informações sobre a constante interrupção no abastecimento de água no bairro Cajuru - Vila Oficinas, nesta Capital, geralmente no horário entre as 09:00 e 14:00 horas.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O abaixo-assinado anexo demonstra, claramente, a situação insuportável em que estão colocados os moradores do bairro em questão onde, a interrupção constante no abastecimento provoca problemas sérios à população.

É preciso alertar que os subscritores do abaixo-assinado são contribuintes das taxas de água e esgoto e exatamente por isso, têm o direito a um serviço eficiente de abastecimento.

Temos certeza de que os competentes técnicos da SANEPAR saberão detectar a origem do problema, solucioná-lo, proporcionando a todos um serviço ao nível daquela Companhia, livrando a população dos terríveis incômodos que obstruem a normalidade da vida comunitária, inclusive, impedindo a manutenção dos padrões mínimos de asseio e higiene.

REQUERIMENTO N° 1046

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo à Secretaria da Educação, solicitando a construção de uma escola de primeiro grau (5.^a à 8.^a séries), no bairro Santa Helena - Conjunto Vera Cruz II, Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a região em questão vem sendo atendida por três creches: Caiuá II, 90 crianças, capacidade para 120; Vera Cruz II, 90 crianças, capacidade para 120; Caiuá / Ilhéus, 60 crianças, e a Escola Municipal Sidônio Muralha, ensino de 1º grau (1.^a a 4.^a séries), cuja capacidade (700 alunos) está completamente esgotada.

Em razão disso, centenas de crianças (aproximadamente 700) estão aguardando a abertura de vagas para que possam ter acesso aos bancos escolares.

Há a sugestão da comunidade que o Estado entre em entendimento com a Prefeitura Municipal de Curitiba para transformar uma das creches em escola, obviamente, com as devidas adaptações.

É preciso observar a demografia daquela região, principalmente, a curva de crescimento populacional que nos lança uma estimativa de esgotamento da capacidade da estrutura educacional existente, confrontando-nos com a expectativa de um colapso no sistema local.

Tendo isto em vista e buscando assegurar a efetivação do compromisso do Estado e da sociedade, em garantir acesso a todos aos bancos escolares, confiamos nos estudos balizadores e providências necessárias, por parte da Secretaria de Estado da Educação, com a finalidade de resolver-se o problema aludido no presente requerimento.

Que do teor do presente dê-se ciência aos Vereadores de Curitiba e à direção da Escola Municipal Sidônio Muralha, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes, à Ministra da Economia, ao Ministro da Agricultura e ao Presidente da República, solicitando esclarecimentos quanto aos critérios a serem adotados quanto ao destino do patrimônio do extinto IBC - Instituto Brasileiro do Café, que se constitui de um estoque de 16 milhões e 837 mil e 525 sacas de café,

das quais 9 milhões 735 mil e 621 sacas pertencentes ao FUNCAFÉ - Fundo criado, justamente, para promover o desenvolvimento da cafeicultura, além disso o Fundo dispunha de um saldo na ordem de US\$ 300 milhões, e seu patrimônio físico, avaliado em US\$ 450 milhões, que correspondem a armazéns, agências, terrenos, prédios, apartamentos e fazendas.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com a extinção do Instituto Brasileiro do Café - IBC, o segmento cafeeiro nacional, que tanta contribuição emprestou ao desenvolvimento nacional, corre agora o risco de ser espoliado com a transferência de todos os seus bens para a União.

Por direito e por lei este patrimônio é dos cafeicultores, conforme a Lei n° 1779, de 22 de novembro de 1952, que em seu artigo 33 reza que: "em caso de desaparecimento do Instituto, todo o patrimônio a ele pertencente seja revertido aos cafeicultores, mesmo porque os recursos foram conseguidos com recursos da produção, através de confisco cambial".

O fim do IBC sugere por outro lado, a colocação de algumas questões que julgamos relevantes e de extrema importância não só aos cafeicultores, mas à própria economia nacional:

Como ficarão os trabalhos de pesquisa em café, que são primordiais para a modernização do parque cafeeiro, e que através destas pesquisas, viabilizou a implantação do parque cafeeiro de Minas Gerais.

Quem vai assumir os serviços de assistência técnica, que é fundamental para a melhoria da produtividade, qualidade e garantia de produções adequadas?

Como vai ficar a infra-estrutura necessária para a política de comercialização, fixação de preços de garantia e fiscalização para o embarque na exportação?

E o patrimônio que descrevemos da folha anterior, como vai ficar?

A transferência de todos estes direitos à União é medida inconstitucional, e ação a esse respeito vem sendo defendida pelo Conselho Nacional da Agricultura - CNA, e temos a certeza que o Governo Federal terá sensibilidade suficiente para entender que todo esse patrimônio é do cafeicultor, e deve ser administrado pelo agricultor.

REQUERIMENTO N° 1049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando o estudo da viabilidade da isenção do IOF - Imposto

sobre Operações Financeiras, sobre os recursos das Prefeituras Municipais, depositados nos bancos, por este ser um imposto que incide sobre o patrimônio, não podendo atingir os recursos dos municípios alocados em aplicações financeiras por força da imunidade prevista no art. 150, inciso 6º da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1052

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, e, após ouvido o Plenário desta Casa, REQUER a Vossa Excelência, seja enviado expediente ao Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja incluído na Programação de Construção da Malha Rodoviária, o trecho compreendido entre os distritos administrativos de Luz Marina, São Pedro e São Francisco, no município de Toledo - PR.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Os distritos administrativos de Luz Marina, São Pedro e São Francisco, situados na zona sul do Município de Toledo, são dedicados quase exclusivamente à agropecuária. É a região do Município onde mais se encontram minifúndios. A característica principal é o da produção de algodão, milho, café, soja e trigo em pequenas áreas.

O distrito de São Pedro tornar-se-á município nas próximas eleições.

Com a construção do trecho São Pedro - Luz Marina, a cidade de Santa Helena ficará ligada à BR-276. Beneficiará, inclusive, o município de Vera Cruz do Oeste e o transporte da produção agrícola e principalmente da produção de suínos e aves para o abate na sede do município de Toledo.

Note-se, também, por ser região de minifúndios deveremos dar condições melhores àquela população e procurar a fixação do homem no campo, que são metas dos Governos.

Temos certeza do apoio dos nobres Deputados e a concretização deste nosso pedido pela Secretaria de Estado dos Transportes.

REQUERIMENTO N° 1050

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Ilustríssimo Senhor JAIME PACIORNIK, Digno Superintendente do IPE, solicitando uma agência desse Instituto nos municípios de Grandes Rios e

Rosário do Ivaí-PR.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Atualmente existem aproximadamente 100 (cem) servidores do IPE, distribuídos nos Municípios de Grandes Rios (distritos de Ribeirão Bonito e Rio Branco) e Rosário do Ivaí, mas que infelizmente são prejudicados com a distância entre aqueles municípios e o Posto mais próximo situado em Ivaiporã, que dista 95 Km do município de Grandes Rios, tendo em vista que a Rodovia PR-082 (Grandes Rios - Jardim Alegre) não é asfaltada e por esse motivo o percurso é feito via Faxinal (BR-272).

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 048/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Capitão Leônidas Marques, para que a respectiva população decida sobre acriação do município de SANTA LÚCIA.

"Ao Norte, em linha seca, com o Município de Cascavel; ao Sul em linha seca, confronta com os lotes rurais de números 256, 241, 235A, 237, 235, 230, 149A, 163, 146, 231, 145, 193, 192, 191, 194, 125, 124, 117, 118, 125A, 93, 116, 130, 96A, todos da Gleba 11, do Imóvel Andrada; a Leste, confronta com o Rio Andrada; a Oeste, confronta com o Rio Monteiro, até encontrar o Lote Rural número 124, daí em diante, por linhas secas, confrontando com os lotes rurais número 122, 127, 129A, 74, subindo pela sanga até o lote número 163, confrontando a seguir com os lotes números 44C, 44, 44A, 19, 22, 23, 20, 170A, 230, 180A e 183B".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições, em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(aa) CAÍTO QUINTANA.

ORLANDO PESSUTI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 271/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, "ad referendum" de plebiscito, o município de Umbará, desmembrado do município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento rápido que o distrito de Umbará vem apresentando, faz com que

a sua elevação à categoria de Município, venha de encontro, não só dos anseios da sua laboriosa população, mas também do Estado do Paraná, que vê com a tomada dessa decisão, a premiação pelo progresso apresentado, incentivando com o seu exemplo, outros distritos que se empenham na apresentação de resultados positivos, para chegarem onde chegou o distrito de Umbará.

Tendo em vista o acima exposto, nada mais justo do que apresentarmos projeto neste sentido.

PROJETO DE LEI N° 272/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica ao Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada com 31,820 Km, que liga o município de São Miguel de Iguaçu ao município de Missal.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Os dados referentes à rodovia, foram apresentados e elaborados pela Itaipu Binacional, ela liga o Município de São Miguel de Iguaçu ao município de Missal. Tem uma extensão total de 31.820 Km.

Plataforma - 11,0m

Pista - 7,20m

Acostamento - 1,40m (cada Lado)

BSTC 0 0,20m - 6,00m

BSTC 0 0,40 - 765,00m

BSTC 0 0,60 - 106,00m

Meio-fio - 70,00m

Sargeta tipo "1" - 31.258.0m

Sargeta tipo "3" - 9.178.0m

Sinalização vertical

Retangular (0,80x0,80m) - 85 un

Circular (0,80m) - 60 un

Indicativas (2,00x0,50m) - 21 un

Sinalização Horizontal - 3.953.00 m²

Passa pela linha Ipiranga, sobre a ponte do rio Ocai com extensão de 110.00m.

Largura - 11,60m

Pilares - 08 unidades

Dist. transversal entre pilares - 5,60m

Maior dist. entre pilares - 40,00m

Diâmetro dos pilares - 1,60m

Vão livre para navegação - 5,00m

Vão livre atual - 17,60m

Escayação para aterro de encontro - 150.000m³

Na travessia dos vereadores sobre o rio Cötia com:

Extensão - 43,60m x 4,60m x 4,60m

Seção livre - 4m x 4m

Vol. do aterro - 20.000m³

Vol. do corte - 26.000m³

Sanepar (São Miguel do Iguaçu)

Bueiro triplo celular de concreto

3,00 x 3,00 x 28,60m

Nenhum dos dois municípios têm condições de dar atendimento adequado à conservação condizente para o escoamento da produção.

A estadualização da rodovia em tela terá efeitos decisivos no desenvolvimento daquela região.

A importância incontestável do Estado na conservação dessa rodovia é fundamental, pois nenhuma das prefeituras tem condições de conservar seu trecho.

As razões aqui explícitas nos convençem da oportunidade do presente projeto de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 273/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

ART. 1° - O artigo 1°, da Lei n° 9016 de 15 de junho de 1989, passa a ter a seguinte redação:

Art 1°) Fica concedido a MARLENE ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito do município de Piraquara ANTÔNIO ALCEU ZIELONKA, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo Único: A pensão de que trata esta Lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha contrair novas núpcias.

ART. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Dona MARLENE ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito, Antônio Alceu Zielonka, de PIRAQUARA, falecido em pleno exercício do cargo, ficou sem condições de sobrevivência, motivo por que a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto de Lei, e o Excelentíssimo Senhor Governador sancionou, convertendo em Lei n° 9016/89, concedendo-lhe uma pensão mensal no valor equivalente a 02 (dois) salários-mínimos referências, resultando agora, na importância de 293,18 (duzentos e noventa e três cruzeiros e dezoito centavos), conforme documento anexo.

Para solucionar esta anomalia é que apresentamos este plano de lei, e, considerando o elevado alcance da medida ora proposta, estamos certos que a mesma merecerá desta Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N° 274/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os menores, sexagenários e deficientes físicos terão prioridade assistencial, por parte da Rede Hospitalar e dos órgãos de assistência social, em caso de calamidade pública ou perigo iminente.

Art. 2° - O não cumprimento do que determina o artigo 1° deste, sujeitará a autoridade infratora a sanções penais decorrentes da omissão de socorro.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Cabe a sociedade em seu todo zelar pelos menores, sexagenários, e deficientes físicos, de uma maneira especial, levando-se em conta as limitações que lhe são próprias.

Ao dar a esses grupos sociais uma prioridade no atendimento hospitalar e assistência, estamos não somente protegendo uma parcela mais indefesa de nossa sociedade, porém acima de tudo cooperando para uma reeducação dos sistemas de assistência hospitalar e social, no que se refere à atenção, carinho e respeito que merecem os mais fracos.

PROJETO DE LEI N° 275/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Todas as agências do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, deverão dispor de um ou mais guichês especiais para atendimento exclusivo aos pensionistas e aposentados.

Art. 2° - Os referidos guichês deverão funcionar, no horário de expediente normal, somente nos respectivos dias de pagamento.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa beneficiar a todos os inativos e pensionistas do Estado, já que esses cidadãos participaram, de alguma forma, para o desenvolvimento social da comunidade e, hoje, cansados pela labuta do passado, nada mais justo do que oferecer-lhes um mínimo de conforto e comodidade.

PROJETO DE LEI N° 276/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado "AD-REFERENDUM" do resultado do plebiscito, o município de RANCHO ALEGRE D'OESTE, com território desmembrado do município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Inicia-se na linha de divisa das Glebas 15 e 23 no Rio Comissário ou Vieiras. Do ponto inicial segue pela linha de divisa das Glebas 15 e 23 até o Rio Caracol, sobe por este até o prolongamento da Estrada Fazenda Santo Antônio, deste ponto em linha reta e seca numa distância aproximada de 1500 metros até a Estrada Fazenda Santo Antônio, segue por esta até a BR 272, por esta até a linha de divisa das Glebas 10 e 13, por esta linha de divisa rumo Norte-Sul até a Estrada da Divisa ou GO 190 (Divisa Intermunicipal com Janiópolis), segue por esta até a ponte no Rio Comissário ou Vieiras, desce por este até a linha de divisa das Glebas 15 e 23, ponto inicial e final."

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano de RANCHO ALEGRE D'OESTE:

"Inicia no encontro da Avenida Um com a PR 472. Segue pela PR 472 até a quadra 3, contornando-a e incluindo-a até a Rua Dois, por esta até a Rua Um, Rua Um até a Rua 6, Rua 6 até a Rua Morta (que é divisa do lote Rural 75), Rua Morta até a Av. Um, Av. Um até a Rua Morta 2 (que é divisa do lote Rural de Sebastião Moreira), Rua Morta 2 até a quadra 28, segue até o canto da quadra 28 (incluindo-a) e deflete incluindo a quadra 29 até a Rua 3, deste ponto segue no mesmo rumo da Rua 3 até a quadra 60, contornando-a e incluindo as quadras 60, 61 e 62, deste ponto segue rumo Norte até o encontro da Av. Um com a PR 472, ponto inicial e final."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em toda a História, a evolução e o desenvolvimento constituem a finalidade primordial da existência humana, e com o intuito único e exclusivo de crescimento, acreditando na força do trabalho, como fonte geradora do progresso, o Distrito Administrativo de Rancho Alegre D'Oeste, que conta com uma infra-estrutura capaz de atender às necessidades básicas da população, sente-se no direito legal de constituir-se em Município.

Com uma economia baseada essencialmente no setor agrícola, conta também com substancial apoio na área agropecuária e no comércio.

Atendendo todos os requisitos solici-

tados pela Lei, para transformar-se em Município, a população distrital não vê, pois, razão alguma para continuarem pertencendo ao Município de Goioerê, no momento em que tanto se fala em descentralizar, cada vez mais, a administração pública.

Todos os segmentos sociais e econômicos do Distrito estão amplamente empenhados na concretização deste ideal e portanto, somos estimulados a admitir dentro da nossa filosofia e entendimento democrático, de que todo o poder emana do povo e cuja soberana vontade e opção não podemos desrespeitar nem menosprezar.

A essa egrégia Assembléia, que tão subitamente tem decidido os destinos do Paraná, apresentamos o presente Projeto de Lei, o qual acreditamos, receberá o apoio unânime e posterior aprovação dos nobres Pares com assento neste Parlamento, sempre voltados aos altos interesses do engrandecimento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em discussão a Ata. Em votação. Aprovada.

Tem a palavra pela Ordem, o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As aparências demonstram que nós não temos "quorum" nem no Plenário, e nem nas galerias, por isso eu requeiro Verificação de Votação.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Requeiro Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho que Vossa Excelência Deputado Pedro Tonelli prefere "quorum" nas galerias.

O SR. PEDRO TONELLI - Nós dois, mas de preferência aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Acho que a preferência é nas galerias, mas nós vamos atender a Vossa Excelência e vamos proceder à Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Procede a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trinta e quatro Senhores Deputados responderam à chamada.

O Senhor 1º Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Procede à leitura do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, o De-

putado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Assistentes.

Vou ler um artigo publicado na "Folha de São Paulo", no dia 24 de abril, de autoria do jornalista Gilberto Dimenstein, que recentemente lançou um livro sobre "Os Meninos de Rua". Jornalista independente e insuspeito. E me reservo o direito de não tecer nenhum comentário, porque o que escreve o jornalista Gilberto Dimenstein, eu escreveria também.

Diz o jornalista:

"Alastra-se pelo País, já atingindo 17 Estados, uma insólita campanha: limitar o rendimento mensal dos Parlamentares a 20 salários mínimos, o que dá aproximadamente setenta e três mil. É uma campanha que reúne todos os ingredientes do sucesso: existe a inveja dos que ganham salários altos num País pobre e a convicção de que o Deputado ou Senador é salafrário. Trata-se, porém, de uma perigosa bobagem.

Essa campanha serve, é certo, como um importante sinal, uma advertência ao Congresso de que sua imagem está péssima e de que algo urgente deve ser feito - sem Parlamento não há democracia, como se sabe. E o Congresso tem muito o que fazer, já que vem patrocinando seguidas picaretagens, cultivando a impressão de que a delinquência é intrínseca à atividade política.

Senhor Presidente, eu solicito que seja descontado de meu tempo, os momentos em que os Parlamentares devem discutir as questões do Paraná, enquanto leio um artigo de interesse nesta Casa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, pela ordem.

Não procede a justificativa do Deputado Nereu Massignan, uma vez que, se o discurso do Deputado não está convencendo o jornalista da "Folha de São Paulo", não está convencendo nem os Deputados, imagine às galerias.

O SR. NEREU MASSIGNAN - É lamentável que o artigo do jornalista Gilberto Dimenstein não convença Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Acho que a colocação do Deputado Nereu querendo policiador os Deputados aqui, inclusive, estava conversando com um companheiro do próprio Deputado do PSDB, eu não vou admitir que seja policiado pelo Deputado Nereu.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Eu admito que Vossa Excelência seja policiado pela opinião pública, que está exigindo comportamento ético dos Parlamentares.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Com todo o respeito, gostaria que Vossa Excelência me assegurasse a palavra.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Ou Vossa Excelência quer que este Parlamento seja apedrejado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me assegura a palavra, que eu estou pela questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. NEREU MASSIGNAN - A sua questão de ordem é improcedente.
Abra as portas para o Parlamento, assumo compromisso Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência me assegurasse a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está assegurada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado.
O que eu não posso admitir é de que o Deputado Nereu venha querer pressionar os Deputados que estão tratando também de assuntos sérios aqui dentro da Casa. Acho que se Vossa Excelência, eu não estou discutindo o mérito que Vossa Excelência está discutindo na tribuna, ilustre Deputado, apenas talvez Vossa Excelência está se tornando um tanto cansativo e acaba gerando essa expectativa dentro do plenário.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa concede a palavra ao Deputado Massignan e solicita dos Senhores Deputados que prestem atenção à leitura do artigo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Nós vamos atender, Senhor Presidente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência chegou atrasado e não sabe que eu estou lendo um artigo do Jornalista Gilberto Dimenstein, publicado na "Folha de São Paulo", no dia de ontem.

Prossigo:

Aliás eu vou repetir o parágrafo anterior, que eu já li, especialmente para o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E o Congresso tem muito a fazer, já que vem patrocinando seguidas picaretagens, cultivando a impressão de que a delinquência é intrínseca à atividade política.

Há, de fato, Parlamentares que não apenas deveriam ganhar menos do que vinte

salários mínimos, mas deveriam pagar aos cofres públicos. O fato, entretanto, é que um Deputado não pode ganhar apenas 73 mil ele deve ganhar bem, como aliás os funcionários públicos qualificados deveriam ter um bom salário, do contrário, ficam mais sensíveis a todos os tipos de suborno.

Pagar mal os Servidores Públicos é uma demagogia que implica:

1. só os deserdados de talento e capacidade deixariam a iniciativa privada; 2. quem aceitasse ganhar pouco, mas fosse talentoso, deixaria suspeitas sobre suas intenções. Inevitável a suspeita de que estariam interessados em mercadejar com dinheiro público. 3. Apenas diletantes milionários disputariam as eleições.

Repito: Apenas diletantes milionários disputariam eleições.

O fundamental é na verdade valorizar o Estado e por consequência seus funcionários do Legislativo, Executivo e Judiciário. Isso significa que precisam trabalhar cada vez mais e melhor, estirpando qualquer sobra de mamata, o que está ainda longe de acontecer.

Existem sinais de desvio no Governo Collor, na sua ânsia de espetáculo: altos funcionários acabam aceitando favores de empresários que lhes arruma casa, carro, jantares, certamente, não se trata de um altruísmo assistencialista. É o caminho mais rápido para o tráfico de influência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

(DECLINA).

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

(DECLINA).

Consulto a Liderança do PFL.

Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Não era intenção minha vir a esta tribuna fazer rápidas considerações, mas também não poderia deixar de passar em branco e até por um dever no exercício de mandato em dar uma explicação ou no ouvir silencioso e meras notícias de jornais, de ver televisão, é que venho a esta tribuna.

Ontem à noite, pouca gente viu o Pantanal. Preferiu ver o programa da Globo, evidentemente, porque os escândalos cometidos pelas Casas Legislativas, do Congresso Nacional às Câmaras Municipais foram motivo principal que levaram milhões

de brasileiros a verem o programa da Globo ontem à noite. E é evidente que as Casas Legislativas não vêm dando o melhor exemplo, especialmente agora com o Plano Collor ou o Brasil Novo, enfim, um Governo que se inicia propondo ainda que modestamente se verificam algumas providências no sentido de diminuir as despesas, pelo menos as supérfluas do Serviço Público Federal e atacando as mordomias com a redução de veículos, de aviões, menos as viagens de supersônicos, mas mesmo aviões, com a redução da máquina, com extinção de algumas autarquias, muitos Ministérios, Fundações, enfim não há que negar que o Governo Collor iniciou o Governo pondo em prática o seu discurso, procurando restabelecer a dignidade no exercício da coisa pública e eu que estou aqui por longos anos acho que é dever meu vir aqui, Senhor Presidente, nobres colegas para dizer que eu reconheço que as Casas Legislativas, as Câmaras, as Assembléias Legislativas e o Congresso pouco têm feito para essa credibilidade que se procura, a respeitabilidade do seu eleitor e da população brasileira.

Mas queremos dizer que esta novela vai de longe ou vem de longe e o caminho mais curto talvez fosse a imprensa toda dirigir-se ao Congresso Nacional, à Câmara Federal, especialmente, que é quem elaborou a Constituição de 88. A coisa vinha mal de uns anos para cá, de oito a dez anos, a coisa vinha mal, a coisa não vinha bem. Mas havia dispositivo constitucional que segurava essa desfaçatez que anda por aí no Brasil e que todos nós Deputados, Legisladores, não nos incluímos como que assaltantes da população, como que responsáveis, dentre os Parlamentares do Brasil, nesta Casa e nas Câmaras Municipais, existem homens honrados, capazes, que cumprem os seus mandatos com dignidade, com dedicação, e eu, como tantos outros, dedico exclusivamente o meu tempo ao exercício do meu mandato, como tantos fazem. Dei provas de exemplo nesta Casa há dez anos quando fui Secretário, no cuidado que tive e que tenho com o dinheiro público.

Na elaboração da Constituição Estadual veio uma preocupação muito grande dos Deputados Estaduais. Então, essa coisa de que Deputado ganhava muito, que era notícia constante, como é até hoje, e há um dispositivo inserido na nossa Constituição de que os Deputados Estaduais não podiam e não podem perceber mais do que 2 terços do que recebem os Deputados Federais. Aliás, era disposição da Constituição Federal anterior, que não repetiu em 88. A de 88 fez ao contrário: diz que as Assembléias Legislativas são competentes para estabelecer subsídios de seus Parlamentares, que nos municípios da mesma forma, as Câmaras Municipais são competentes para estabele-

cer os subsídios dos seus Vereadores, com a limitação de que os subsídios não poderiam ser superiores aos do Prefeito.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados. O caminho para encerrar essa polêmica toda, esse noticiário diuturno que, sem dúvida alguma, não deixa de desmoralizar o Parlamentar, ele atinge a todos.

Mas a solução onde está? No Congresso Nacional. Antes que se faça a revisão na Constituição Federal, que se façam emendas, que dê oportunidade a esta Constituição, a que tantas Constituições Estaduais tivessem dispositivos de representação de inconstitucionalidade. Que se mude a Constituição Federal. Nós não queremos isso. Eu quero receber no final do mês os subsídios que eu tiver direito constitucionalmente. Eu fui Deputado aqui em várias legislaturas sem ter automóvel à minha disposição, como tantos outros Deputados aqui nesta Casa. Fui Deputado e sou Deputado... fui Deputado sem verbas de gabinete por muitos anos e fui reeleito.

A Mesa da Casa é competente para pagar os seus funcionários, administrar a Casa e pagar os subsídios dos seus Parlamentares. Eu não posso questionar a cada mês se eu estou ganhando mais ou menos. Eu quero receber o que é de direito, nem um cruzeiro a mais.

Outro dia, há poucas semanas, o Deputado Nereu Massignan apresentou um Projeto de Resolução para que os carros colocados à disposição dos Deputados fossem recolhidos e que mais do que isso: que apenas tivessem viaturas oficiais o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Assembléia Legislativa e o Senhor Governador. Já foi retirado por 10 sessões.

Na sessão de ontem, o Deputado Costenaro apresentou, não sei se, Projeto de Lei ou de Resolução, reduzindo por um percentual que eu não me lembro os subsídios dos Parlamentares. Daqui um pouco algum outro Parlamentar vai requerer informações acerca do número de funcionários nos gabinetes, de automóveis, onde estão os automóveis, quantos são. Nós podemos pôr um fim, um paradeiro nisso tudo, mas é preciso que se acabe de vez. Mas onde? No Congresso Nacional, - repito. Porque os Estados, a partir do momento que é dispositivo constitucional, que cada Assembléia estabeleça subsídios para seus Parlamentares, vai ficar esta coisa no Brasil a vida inteira. São Paulo vai estabelecer subsídio, a Bahia outro... e por falar na Bahia, este Estado foi notícia no Brasil inteiro, porque além da Assembléia foi aprovado pela Câmara Municipal na Capital baiana e por quê? Porque a Constituição Federal permite que estas coisas aconteçam no Brasil.

Este registro que faço agora neste instante é apenas para constar dos Anais. Sei perfeitamente que ele não sairá das quatro paredes, que não vai alcançar objetivamente nada. Mas não posso calar, porque todo o dia é este assunto nos jornais e na televisão e não se põe um paradeiro, porque as Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais não vão resolver o problema enquanto persistir dispositivo na Constituição Federal. E, repetindo, a Câmara Federal, o Congresso Nacional, é preciso que mude, que altere a Constituição Federal, porque ninguém está vivendo às boas com ela neste aspecto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PDC se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulto a Liderança do PTB. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

A COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, está devendo explicações à população do Paraná. Não só a COPEL, mas como também o Governador do Estado.

A partir do dia 20 último, vieram com um aumento de até 160% as contas de energia elétrica. O que os paranaenses esperavam é que com a edição do Plano Cruzeiro, ou Plano Collor, ou Plano Brasil Novo, as tarifas públicas parassem a sua escalada inflacionária. Mas não foi isto que ocorreu.

A Companhia de Energia Elétrica do Paraná é um exemplo disto. Há mais de trinta dias da ordem de congelamento, as contas distribuídas aos paranaenses até triplicaram.

Causa estranheza que uma empresa do porte da COPEL lance suas cobranças sem sequer vir a público provar a sua razão. Já que estava pela imprensa, a COPEL alegou estar dentro dos seus direitos. Ora, esta atitude de impingir normas num total alheamento dos interesses dos consumidores, é muito próprio das empresas públicas. Todas se acreditam acobertadas pela tutela do Estado. E, dentro disto, privilegiadas pela Legislação.

Ao consumidor interessa saber porque o seu salário foi congelado e a sua conta de luz não. Esta é a pergunta que fazem aos Deputados, aos Vereadores, aos homens que representam os segmentos da coletividade. Ao consumidor cabe o direito de reclamar. Só que ele nunca chega a ter razão. Por que? Porque a empresa pública, no caso a COPEL, joga-lhe em cima dos seus computadores, seus técnicos, suas planilhas de custo e reduz os números do contador a me-

ro enfeite. É por isto que os consumidores quase não reclamam. Quando é uma empresa particular, os representantes do capital privado, daí sim, via de regra, são obrigados a demonstrar perante as autoridades, perante o Senhor Romeu Tuma, onde anda o Senhor Romeu Tuma? Se não vem prender o Presidente da COPEL!

Esta a pergunta que fazemos. Quando é iniciativa privada que aumenta e não justifica, cadeia em cima! E agora a COPEL? Aumenta impunemente 135 a 160% as contas de luz e ninguém dá a menor atenção a este fato gravíssimo no meu entendimento.

Tratando-se de empresa pública, todas elas são vorazes. O consumidor sabe disto e sempre se conforma.

E nós usamos a Tribuna desta Casa para encaminhar um requerimento que, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Sr. Governador do Estado e à Presidência da COPEL. A nossa intervenção no caso das tarifas da COPEL tem a finalidade de alertar a empresa para que o fato do monopólio do serviço não a torne onipotente dona da verdade, dispondo do dinheiro dos consumidores sem o menor constrangimento, sem dar maiores explicações. Se o aumento das tarifas é de fato legal, como alega a COPEL, que venha a público demonstrar a planilha de custo que embase a justificativa que possa efetivamente convencer aos consumidores de que o aumento é justo, justifique o seu aumento. Agora, da forma como foi feita, a COPEL é a primeira a dar ao Plano Cruzeiro, ao Plano Collor ares do Plano Cruzado, onde só os preços dos alimentos foram congelados e deu no que deu, nós mergulhamos na mais profunda inflação, na maior inflação da História do Brasil desde a sua descoberta. Porque as tarifas públicas ao tempo do Plano Cruzado não foram freadas, elas foram subindo a cada mês, congelaram-se os alimentos, caçou-se boi gordo no pasto, prendeu-se empresários. Nós vimos o epílogo triste, absolutamente triste do Plano Cruzado. A COPEL presta um serviço essencial à população do Paraná, daí a sua grande responsabilidade em não deixar de usar a lisura no tratamento com os consumidores, e também que ela não seja colocada sob suspeita, uma empresa com o tamanho da COPEL com mostra de eficiência e capacidade para gerar a energia do Estado deve ter consciência suficiente para saber que um dos pontos principais em relação aos seus consumidores é a comunicação. Aumentar tarifas sorrateiramente sem uma explicação legal, leal e definitiva é uma atitude que não combina com o Brasil que estamos vivendo, e não combina também com a pregação que vem fazendo o Governador Alvaro Dias no sentido da transparência dos atos do seu Governo. Acho que está na hora do Sr. Governador exigir a planilha de

custos da COPEL e dar um puxão de orelhas nessa gente.

O assunto já foi debatido na Casa, reportagem da "Globo" reduzindo a cacos um Poder Legislativo no País. Nós sabemos o que existe por trás disto. Ninguém pode negar o direito ao Deputado de perceber os seus subsídios. E aqueles que demagogicamente protestam contra os subsídios nesta Casa, são os primeiros a entrar no guichê de pagamento da Assembléia Legislativa. São os "santos de barro", são os homens que querem demonstrar uma austeridade e uma honestidade pessoal que realmente não possuem. Nós sabemos que por trás disso tudo está um plano diabólico com relação às eleições de 1990. É aquilo que sempre digo: o Poder Legislativo é ruim! Que pena! Pior seria sem ele! Porque sem o Poder Legislativo nós não teríamos aquele espetáculo vivido nesta Casa, em dois dias seguidos, onde o professorado do Paraná, o Funcionário Público bateu o pé e exigiu o seu direito e foi atendido. A Casa cumpriu o seu dever. Hoje está aqui um grupo de jovens de Prudentópolis e de Guarapuava exigindo uma posição do Poder Legislativo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Permita-me um aparte, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Com todo o prazer.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Erondy Silvério, a sua condição de Deputado veterano do Estado do Paraná e várias vezes defensor do Estado e do Parlamento, o credencia para falar em nome de toda a Assembléia, diante da nossa indignação, com o programa "Globo Repórter" de ontem à noite.

Eu também assiti a esse programa de televisão, onde os Parlamentares eram es-crachados literalmente. Precavenham-se os Senhores Deputados de todas as bancadas, precavenham-se o povo, porque tenta-se desmoralizar a condição representativa do próprio povo, se custa caro o Congresso Nacional, se custa caro esta Assembléia, se custa caro as Câmaras de Vereadores, quanto pagariam os déspotas, os príncipes, os tiranos, talvez vinte vezes mais, trinta vezes mais, para ter o Congresso fechado, a Assembléia calada e as Câmaras inexistentes.

De repente, Deputado Erondy Silvério, dá a impressão que se quer desmoralizar a representação do próprio povo, percebe Vossa Excelência, que o teor da argumentação daquele programa, quase um programa do TRE, dizia-se que não se votasse em nenhum dos detentores de mandato popular atualmente investidos. Não se trata de nós garantirmos o nosso ou de querermos nos perpetuar no poder ou no exercício da repre-

sentação popular, mas eu sempre acho que quem nos deve julgar são os nossos eleitores aqueles que nos sufragaram, e não a "Rede Globo de Televisão", transformando de repente, no "Supremo Tribunal da República", a promover a inquisição da instituição parlamentar. Eu faço esse aparte a Vossa Excelência, para pedir ao Presidente da Assembléia, que faça uma representação nos canais competentes, talvez junto ao DENTEL, ou então ao Ministério de Telecomunicações, ou junto à Mesa do Congresso Nacional, ou junto ao Supremo Tribunal Federal, no sentido de que se faça igual programa, programa de mesma duração sobre a importância dos Parlamentos para a democracia, porque claro que a crítica serve, a crítica serve, no sentido do que ensinou "Santo Agostinho" é preferível os que nos criticam porque nos acrescentam, do que só os que nos elogiam porque nos corrompem. Então não vou dizer que não hajam assertivas corretas, naquilo que mostrou o seu programa de ontem, mas no seu teor geral o programa foi profundamente ofensivo à própria democracia no País.

Perde nesse momento, o Partido da Reconstrução Nacional do Senhor Presidente da República, perde grande parte da sua representatividade nas Câmaras, nas Assembléias e no Parlamento Nacional se não se insurgir contra esse tipo de coisas, que está transformando a "Rede Globo de Televisão", aliás, de acordo com o Presidente, numa "Agência Tass de Notícias" no melhor modelo Soviético do pior tempo do "stalinismo". Era isso.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência me passa uma procuração, da qual Vossa Excelência saiu-se melhor do que o Procurador, que Vossa Excelência desenhou o retrato do que está ocorrendo hoje no País. Mas, eu dizia que os Professores vieram aqui reivindicar os seus direitos, os jovens de Prudentópolis e de Guarapuava estão aqui, lutando bravamente por seus direitos de alunos sem aulas, isto só é possível na Democracia, porque ao tempo da ditadura era cadeia para quem ousasse desafiar o Poder Executivo.

Então ruim com as Casas Legislativas, pior sem elas, porque elas são, em última análise, a fortaleza que resiste a todos os impactos que se projetam contra a Democracia nesse País, e nós não vamos nos ater a fazer a defesa do vencimento do Parlamentar, porque isso é uma questão de foro íntimo, é uma questão de consciência de cada um, eu acho que se é pouco ou se é muito, é uma questão também de análise, o que o Parlamentar gasta no exercício do seu mandato, no atendimento as comunas interioranas, no atendimento as reivindica-

ções comunitárias, nada disso é levado em conta, o que se quer efetivamente, é a desmoralização do Poder Legislativo, ou talvez, no final de toda essa campanha, se proponha um mandato gratuito, para que somente as elites tenham acesso às Casas Legislativas, porque quem é pobre no mandato gratuito, não pode representar a sua comunidade, talvez o objetivo final seja este, porque nós não sabemos o que existe por trás de tanta fúria, de tanta crítica, algumas até injustas, porque existem Assembleias que primam pelo zelo na aplicação do dinheiro público.

A procuração que me dá o nobre Deputado Rafael Greca, eu a devolvo, porque a sua cultura, a sua inteligência, são insuperáveis nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PRN, se fará uso do seu horário.

DECLINA.

Consulto a Liderança do PDT, se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu não sei falar assim como o Deputado Rafael Greca, mas o que me chamou a atenção é o seguinte: Hoje fui ao meu programa de televisão, e falei sobre o projeto do Deputado Algaci Túlio. Falei sobre o trabalho do Deputado Caíto Quintana, do Deputado Lindolfo, Deputado José Rogério, Deputado Anibal Khury, Deputado Raul Lopes. Falei de toda essa raça hoje. Defendi essa Casa com unhas e dentes porque o que eu vi ontem na "Rede Globo" é um lado da moeda. O outro lado não foi mostrado. Eles não contaram e eu gostaria que a Rede Globo fosse ao meu gabinete, o menor gabinete da Assembleia. O menor banheiro, porque aquilo ali não é um gabinete. É um supermercado.

Eu gostaria que a "Rede Globo" fosse a todos os gabinetes dos Deputados e perguntasse o quanto se gasta nos pensionatos para colocar os doentes nas camas. Eu estou com um pensionato aí com seis doentes.

Eu gostaria que a "Rede Globo", deu-se a nítida impressão, o Deputado Mário Pereira estava como Secretário; o Deputado Rubens estava como Secretário; chegaram aqui ontem, voltaram e deu-se a nítida impressão que eles também não trabalham, que aqui ninguém trabalha, que ninguém faz nada; que quando não estão aqui é porque estão nas suas bases no Interior.

Quando eu vim para Curitiba, morei dois anos e meio num hotel. Não ia ver meu filho; meu neto nasceu em Londrina e não vou para Londrina. Não sei nem direito como está meu neto, se engordou, como é que está. Preciso batizar, não dá, não posso

sair daqui, para estar aqui todos os dias, dentro do gabinete, nos corredores. Não sou só eu. O Deputado Algaci que tem programa de rádio, o Deputado Pirajá. São todos, todos, todos, todos, todos.

Hoje, a jornalista Débora fez uma crítica ao Deputado aqui que não quero me referir, acharia que ele deveria ir lá exigir seus direitos, porque se falam de mim eu vou exigir os meus direitos.

Olham Senhores, eu não tenho medo do povo. Se a Assembleia me paga 10 milhões, são os 10 milhões que eu vou receber. É um direito que me assiste. Se eles me deram, tem que me pagar. Se é mil, que me paguem os mil. Agora, isso não representa que eu seja marajá.

Quando eu cheguei aqui, pedi, pelo amor de Deus, me arrumem uma ambulância porque eu preciso internar os doentes e eu não tenho dinheiro para comprar uma ambulância e o Presidente me arrumou uma ambulância.

Depois eu pedi um outro carro. Eu falei que precisava de um outro carro para levar mais doentes. Empréstaram-me. Agora, isso não representa se a placa é branca, amarela, cor-de-rosa, eu estou me lixando para tudo isso.

Quem paga o meu salário é o povo do Paraná. E é ao povo do Paraná que eu tenho que dar satisfação. Não é à "Rede Globo".

Eu tenho que dar satisfação aos 100 mil votos que eu tive no Paraná, e a ninguém mais.

Por isso é que eu hoje fui à televisão e defendi este Parlamento com unhas e dentes. E vou defendê-lo sempre. Porque eu tenho uma conduta. Eu não vou ao meu programa de televisão denegrir um, denegrir outro. Eu acho que quem faz isso para mim é cafajeste, não tem idoneidade, não tem caráter, não tem responsabilidade.

Eu acho que, por exemplo quando vou à televisão, o Deputado Valderi chega para mim agora e diz: Por favor, ajude-me que eu vou fazer a Convenção do PDT. Por que eu não vou falar? Se o Deputado Lindolfo me pede, se o Deputado Dirceu me pede, esta é minha conduta. Se o Deputado Mário Pereira falar: Eu preciso que você me ajude Alborghetti, eu estou no PMDB - o que tem o Partido?

Não tem nada. Eu sou desse jeito. Agora, estou magoado pelo que eu vi. Agora, se na Bahia tem ladrão, existe uma pena de morte para o mau político, Senhores, e qual que é a pena de morte Senhores? É o Título de Eleitor. O povo tem a pena de morte para o mau político. É só pegar o título de eleitor e votar em outro candidato.

O que eu vi em Minas, o que eu vi em Goiás, isso não me interessa. O que eu vi também não me interessa. Eu desafio a

"Globo", que me leve lá, me leve. Deixa eu mostrar o que é o Parlamento do Paraná.

Deixa eu mostrar as moedas que me jogaram quando eu estava defendendo o Governador Álvaro Dias, que eu o respeito e muito.

Deixa eu mostrar que eu fui aplaudido quando eu vim para o lado de cá. Agora, ir a televisão e denegrir um Parlamento como este, que eu vejo todo mundo aqui. Todos os dias eu chego ali e o Deputado Algaci me chama: Alborghetti, senta ali. Alborghetti, vem para cá. A gente corre para o Gabinete, atende o povo, é Prefeito dizendo: Eu não consegui nada na Secretaria, não consegui nada ali, não consegui nada aqui. E a gente diz: Calma que nós vamos lutar.

Todos vocês sabem que é verdade. Agora é muito fácil chegar numa rede de televisão, e dizer que os Deputados são marajás, gastam fortunas, gastam bilhões e não fazem nada.

Que vergonha Senhores! Eu queria ficar aqui desabafando a mágoa porque eles não mostram o outro lado da verdade.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Agradeço a Vossa Excelência e quero ser solidário neste momento pelas palavras brilhantes que Vossa Excelência coloca neste Poder. O que dificulta, na verdade, é a omissão dos próprios Deputados, que cumprem a sua função como representante do povo do seu Estado. E o dificulta muito mais, Deputado Alborghetti, são aqueles Deputados de mandato único que procuram desmoralizar e desestabilizar os próprios companheiros do Legislativo.

São aqueles que por acaso chegaram a este Poder talvez pela inocência de uma população ou por um erro eleitoral, vieram estar ao nosso lado. Esses que criticam são aqueles que não atendem o seu povo.

São aqueles que não fazem assistência social, são aqueles que não atendem o clamor de justiça dos homens que são menos favorecidos pela sorte.

Nós somos vizinhos de gabinete e conheço profundamente o atendimento do gabinete de Vossa Excelência, como também desafio a imprensa do Paraná para conhecer de perto o trabalho deste Deputado Dirceu Manfrinato.

Se chegamos a este parlamento, nós chegamos através de trabalho, de responsabilidade que assumimos perante a comunidade do meu Estado.

Aqui vim e uma das grandes razões de estar aqui, não como Deputado de mandato único, mas Deputado já reeleito, modéstia a parte, com uma votação expressiva porque nunca comprei a consciência de nenhum

eleitor e nunca fui beneficiado por qualquer empresa neste Estado.

Se estamos no segundo mandato, é o reconhecimento da responsabilidade, do trabalho que aqui fazemos também no nosso gabinete. E eu faço um apelo aos Deputados que compõem este Poder Legislativo, sem distinção partidária, se todas as camadas sociais deste País tiveram o avanço de liberdade para reivindicar os seus direitos, como nós tivemos agora há pouco o Deputado Erondy Silvério dizendo dos direitos do Professor e dizendo o direito dos jovens alunos que aí estão, cada Assembléia Legislativa também tem os seus direitos através dos seus Parlamentares, e principalmente a Mesa Executiva deste Poder, passar deste momento, nós saímos da omissão e atacamos a responsabilidade, porque nós sabemos que o mandato não é vitalício, mas esse Poder é vitalício a esse Poder tem responsabilidade com o seu povo. E é o que nós precisamos, é respaldar e defender os direitos deste Poder Legislativo. Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. ACIR MEZZADRI - Eu gostaria de ter um aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Pois não.

O SR. ACIR MEZZADRI - Deputado Alborghetti, eu queria neste momento me somar ao seu pensamento, às suas palavras com relação ao programa, não apenas da "Globo". Conversava neste momento com o ilustre Deputado Erondy Silvério, pareceu-me assim: uma grande montagem de toda Imprensa Nacional, principalmente na área de televisão. Parece-me uma coisa, talvez até do Executivo, porque com relação ao Executivo nós não verificamos críticas nenhuma. É um lobby muito claro, montado em cima do Poder Judiciário e principalmente ferindo e atingindo brutalmente o Poder Legislativo.

O Erondy, no momento que cruzava a tribuna, ele dizia que mal ou bem, mas é o Parlamento que é a grande pilastra da Democracia, sem o Parlamento, nós teríamos e retornaríamos a um regime ditatorial.

Então, parece-me que a questão Deputado Alborghetti, é mais profunda, é uma questão que merece a atenção por parte, não apenas do Parlamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas deve ser uma preocupação constante de todo o Parlamento a nível Nacional. Acho que é um absurdo, programas que devem ter custado caríssimos para desmoralizar um Poder.

Portanto, eu cumprimento e convoco aqui, por exemplo da Assembléia Legislativa do Paraná, para que se manifeste publicamente com relação as agressões deste

Parlamento, até porque não podemos aceitar que o Senhor Alexandre Garcia, que faz todos os dias, permanentemente, gozação em cima de gozação na Câmara e no Congresso Nacional, achacando, tentando denegrir a imagem de Parlamentares idôneos com as suas piadas e suas brincadeiras; e, no entanto, é um alto funcionário do Banco do Brasil, pago pelos cofres do Executivo para desmoralizar e denegrir a imagem do Poder Legislativo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Olham, Senhores, eu só quero encerrar. Por favor Senhor Presidente tenha paciência só um segundo, eu só quero encerrar, é um desabafo, acho que, querem falar podem falar, mas vamos analisar os dois lados.

O Parlamento existe, como disse aí o Deputado Rafael Greca, como disse o Deputado Erondy Silvério, eu estou falando aqui com o coração. Nós estamos aqui trabalhando, lutando. Não é problema como ontem apareceu, tem Deputado que cuida de uma área, tem Deputado que é imbuído em outra área. Eu por exemplo sou ligado ao social, o Deputado Rubens Bueno está aí, acho que ele recebeu, de toda a história do Brasil, Deputado Rubens Bueno, com todo respeito que tenho por Vossa Excelência acho que o Senhor recebeu do meu gabinete acho que mais de dez mil, uma fortuna de pedidos, chegava lá e só dava Alborghetti, de tanto que lhe pedi e você me atendeu, atendeu mesmo, porque eu não cuspo em prato que como. Atendeu. Então cada um trabalha num setor, um trabalhava num, outro trabalha noutro, cada Parlamentar dedica a sua vida ao Parlamento, eu estou dando a minha vida a esse Parlamento, a minha vida se tornou esse Parlamento. Eu levanto cedo, vou para televisão, monto meu programa, cuido da minha agência de propaganda e venho para o Parlamento. Sento, aprovo, voto, brigo, discuto. E quando vejo isso na televisão, gostaria que vocês entendessem, os bons não podem pagar pelos maus. Não podem. Está aí o Doutor Nelson Vasconcellos um exemplo de honestidade, de caráter, de decência, meu amigo, todos os Senhores, o Deputado Namir que recentemente chegou, todos, o Deputado João Arruda, o Deputado Caíto que está aí que já me referi, o Deputado José Rogério, o Deputado Raul, o Deputado Sabino, todos os Senhores.

Estou magoado. Só queria deixar um grito de alerta, - os bons não podem pagar pelos maus.

O Sr. Sabino Campos - (Aparte) - Agradeço a oportunidade, estou solidário com Vossa Excelência, mas eu queria só lembrar alguns números nobre Deputado, nesse Parlamento, de que se fizemos um levantamen-

to dos salários que recebem aproximadamente mil Deputados Estaduais que temos no Brasil, por mais alto que sejam esses salários não custariam à Nação brasileira cento e cinquenta milhões de dólares, segundo dados veiculados pela Imprensa Nacional no ano passado, a "Rede Globo", somente a Rede Globo recebia do Serviço Público, a nível de Brasil, um milhão de dólares por dia, ou sejam, duas vezes e meia o que era gasto com o pagamento dos salários dos Senhores Deputados.

Portanto, realmente, nobre Deputado, nos preocupa e nos magoa quando jogam de uma maneira para desmoralizar cada vez mais o Legislativo, eu não posso admitir também, então, que a imprensa venha receber da maneira que recebeu o ano passado a "Rede Globo".

Obrigado Deputado!

O SR. MÁRIO PEREIRA - Permita-me um aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Deputado Mário lhe cederei com maior satisfação, só para finalizar antes de lhe ceder o aparte. Por exemplo, nós Deputados que somos do Interior, o Deputado Mário, vários Deputados, quando chegam aqui têm que alugar um hotel, eu andei com o Deputado Nilton quando chegamos aqui, procurando lugar para morar, e o Deputado Setti, acabamos morando num hotel na Capital. Alugamos apartamento, sofrendo, sofrendo, desesperado e família tenha que pegar avião, correr para Londrina, voltar na segunda, viajei trezentas mil vezes, eu e o Deputado Lindolfo juntos, eu e a Deputada Amélia, o Deputado Tadeu quantas vezes nos encontramos. Agora o Deputado Federal é fácil, com todo o respeito Senhores, ele tem apartamento em Brasília, tem um apartamento para morar, o Senador tem apartamento para morar, todo mundo tem moradias em Brasília, mordomias e mais mordomias.

Agora, nós que estamos aqui, temos que morar em hotel, deixamos de ver nossas famílias, nós é que somos marajás.

Com aparte o Deputado Mário Pereira. Nós já vamos encerrar, por favor.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Deputado Alborghetti, agradeço-lhe a oportunidade deste aparte, e quero dizer que as suas palavras se transformam num desafio de todos nós, e dizer que realmente com esta campanha que se tenta desmoralizar o político, desmoralizar o Parlamento, o Deputado Erondy Silvério tem razão, há algo por trás de tudo isso.

Mas, eu quero ser testemunha aqui Deputado Alborghetti, me somando ao seu pronunciamento, da postura de que enquanto estive na Secretaria da Administração, os

meus colegas Deputados tiveram.

É comum se dizer por este Brasil afora que os quadros do funcionalismo do Estado estão inchados em função do apadrinhamento, do cabo eleitoral contratado, daquele sem concurso, que o político Deputado coloca para garantir a sua próxima eleição.

Quero dar um testemunho aqui: nenhum momento, em nenhum momento em mais de três anos, três anos e dias que fiquei na Secretaria da Administração, mas, em nenhum momento, com exceção, eu recebi um telefonema de um Deputado, de qualquer que fosse a Bancada, pedindo para empregar uma pessoa.

Em nenhum momento, e jamais também, nós éramos responsáveis pelos concursos públicos, em momento algum, algum Deputado político, algum político solicitou que se facilitasse a entrada de qualquer inscrito para o concurso público, apesar de que freqüentemente, permanentemente em épocas de concurso ser visitado, não por políticos, mas, por pessoas que criticam, que acham que o político é um corrupto, por pessoas que permanentemente solicitam que se fraude concurso, para facilitar a vida do parente, do sobrinho, do amigo, do companheiro.

E esta Casa para mim aqui deu uma demonstração cabal.

Nenhum único caso de pedido sequer para um emprego para um conhecido, em três anos lá na Secretaria da Administração.

Solidarizo-me com o vosso pronunciamento, porque é um desabafo de todos nós.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para encerrar, queria dizer ao Deputado Nereu, se ele quer vender todos os carros da Assembléia, eu também concordo. Quer abaixar os salários, concordo, desde que pague a minha pensão, a minha farmácia, vá buscar os meus pobres na Rodoviária. E a minha ambulância, ninguém vai vender, não porque eu entro na Justiça, com o povo que me elegeu. Pode vender tudo o que quiser. Mas, menos a minha ambulância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna neste momento reiterar o meu aparte ao nobre Deputado Erondy Silvério, pedindo à Mesa da Assembléia que formalmente represente junto a quem de direito e de dever, no sentido de exigir nos termos da Lei de Imprensa, o direito de resposta, pelo escracho, pelo escrachado aviltamento dos Paramentos e da representação popular que se fez ontem, de maneira pensada e muito bem pensada; pri-

meiro em páginas pagas, nos melhores jornais nacionais, com o objetivo não de atingir os leitores destes jornais, mas de que isto fosse lido nas rádios de todo o País, e depois com o programa de televisão, para fixação de imagem, no horário nobre da maior rede de televisão do País.

Indago: será este o troco aos Paramentos pelo o que tem havido de críticas com os gastos dos governos estaduais e federal, com a propaganda e a publicidade?

Se é este o troco nos termos da Lei de Imprensa, as leis úteis ao povo, feitas por esta Assembléia devem e podem ser proclamadas num horário de resposta.

Devem outros Deputados, que não só o Deputado Paulino Delazeri, beatificado por uma posição que não era só sua, aparecer no horário digno de resposta.

Deve a Mesa da Assembléia defender a Casa, porque está investida por todos nós, do papel de defensora, não só do colegiado, mas de todo o povo que nós representamos.

Concluída esta primeira parte do meu pronunciamento, eu quero apresentar um requerimento em terceira dimensão, que estou fazendo à SANEPAR - Companhia Fornecedora do Abastecimento de Água, para o Estado do Paraná e Companhia Fornecedora do Serviço de Esgoto do Estado do Paraná.

Entrava eu neste Plenário, me dirigia à Bancada e o Deputado Rubens Bueno me indagava se eu ia conversar com o Deputado Nelson Vasconcellos, por ser ele médico e estivesse eu trazendo material coletado para algum exame de urina.

Depois, no outro terço da bancada, passava eu defronte ao apicultor, Deputado Pedro Tonelli e me indagava Sua Excelência se eu tinha trazido para a Assembléia um vidrinho de mel. Mel de má qualidade, mas de boa textura, amarelado o suficiente. Não é mel e não é urina, é água coletada do hidrômetro 1.000 B 5776041, da Rua Roberto Barroso, no Bairro do Bom Retiro, em Curitiba.

Esse mesmo tipo de amostra pode ser colhido em hidrômetros nos bairros mais diversos, Santa Felicidade, Santa Quitéria, Santa Cândida, no Alto São Francisco ou em qualquer bairro da cidade, na torneira que vem da rua, na entrada das residências.

A água que Curitiba está bebendo é de má qualidade, porque a SANEPAR por medida de economia na exata proporção em que aumentou as tarifas, inclusive me parece depois do Plano Collor, a SANEPAR recolheu os drenos de término de linha, que coam a ferrugem e o barro das redes, algumas redes muito antigas, da Cidade de Curitiba.

Foi uma comissão de moradores que me trouxe este vidrinho, com esta água de péssima qualidade.

Peço à Mesa da Assembléia, que com o meu requerimento, usando um dos muitos carros que tem esta Casa, faça transportar esta água até a mesa do Presidente da SANEPAR, para que ele então beba esta água, como quer que bebam as crianças de Curitiba, como quer que bebam as famílias de Curitiba ou quem sabe dá para lavar a louça das xícaras de cafézinho do seu gabinete, se é que ele ainda não entrou na moda medíocre de suprimir o cafézinho por motivo de salvação nacional.

Quero que ele faça lavar as xícaras de cafézinho do seu gabinete ou então que nos responda por que os curitibanos temos que beber esta água que passarinho não bebe. Nem passarinho, nem cachorro, nem nenhuma criatura dotada de alto instinto de defesa consegue beber desta água fornecida hoje à cidade de Curitiba.

Então da parte do Partido Democrático Trabalhista era este hoje o nosso pronunciamento.

Recomenda-se vivamente aos Senhores Deputados a leitura da revista "Isto É" desta semana, onde no editorial o Jornalista Mino Carta, imperdível como campeã da democracia, como pena de defesa dos interesses do povo, fala da inflação zero por decreto, dos 26% de inflação que apontou o DIEESE e do buraco no qual está caindo o País com o endeusamento do Presidente da República.

O Jornalista Paulo Caruzo, no final da mesma revista, reporta a Semana Santa no Brasil Collorido. Vai um político em cima de um Santana preto, desses recolhidos, dizendo "devagar com o andor que o Santana é de barro".

Aparecem vários assalariados crucificados em postes de energia elétrica, porque as tarifas subiram depois do plano.

Aparece um quadro, onde se mostra em cruzeiros de hoje, o salário mínimo no tempo do velho Getúlio, que era de quatorze mil cruzeiros, no tempo de Juscelino em 59, que era de vinte e um mil cruzeiros de hoje e aparece um gráfico mostrando que o salário mínimo atual é o menor de toda a história da República, com menor poder de compra de toda história da República. Não adianta o Presidente ir ao Carrefour, aliás, ao Carrefour que deve ter ajudado na sua campanha, acertar uma cesta básica que lhe sai módica.

Todo mundo sabe o que está acontecendo no País e a leitura da Revista "Isto É", é vivo documento para a instrução dos que se pretendem representantes do povo.

Era isso.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, não abusando da vossa bondade, eu gostaria de falar em nome do PMDB, no Horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência falará na devida oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, a representação do PT. Com a palavra, o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais presentes à nossa Sessão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: ocupo esta tribuna neste momento para comunicar que a postura adotada por este Parlamento na semana passada quando à revelia das informações solicitadas por este Parlamento aos demais Poderes, está surtindo efeitos.

Recebi na tarde de ontem, resposta ao requerimento formulada no dia 19 de fevereiro passado, requerimento esse que solicitava informações sobre a quantas andava o cumprimento de um dispositivo constante no Artigo 26 das Disposições Transitórias da nossa Constituição do Estado do Paraná, dispositivo esse que diz o seguinte:

"O Estado relacionará, no prazo de 90 dias, os presos em regime de cumprimento de pena definitiva, a fim de se evitar a privação da liberdade por tempo superior a coação. A relação será enviada no prazo de 15 dias".

Esse é o teor da Constituição e que eu pedi informações. O Poder competente se omitiu e que após o pedido reincidente desse Poder, felizmente na tarde de ontem a resposta. E quero comentar aqui neste momento, a resposta que recebi. Recebi resposta parcial. Foi fornecida apenas pela Procuradoria Geral da Justiça, pois quem deveria responder em primeiro lugar, porque é o responsável pelas Casas de detenção Coletiva, ainda não o fez. A Secretaria do Trabalho, Justiça e Ação Social que ainda não respondeu depois de 65 dias de tempo que foi solicitado.

Quanto à resposta que eu recebi, quero comentar o seguinte: o Ministério Público junto às Varas de Execuções Penais responde que o procedimento previsto na Constituição não foi cumprido, mas alega ele que é desnecessário, visto que eles possuem a relação dos sentenciados com a data final das respectivas penas. Ora, ao Ministério Público, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é dado o direito de desconhecer um princípio elementar do nosso Direito Constitucional, que é o que diz que o que for escrito na Constituição, não é por acaso, que há razão de negá-lo.

Por isso é que a ninguém é negado o direito de cumprir a nossa Constituição, em que pese haver controle anotado, são inúmeras as denúncias de apenas dos que há

Muito já cumpriram suas penas e que há muito continuam presos. Por isso, essa medida necessária, foi contemplada na nossa Constituição, ou seja, a falência do sistema prisional gera também essa consequência, a de tratar os nossos apenados como verdadeiros animais, como lixo da sociedade, a não merecer o mínimo de consideração. Não se trata aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputado, de proteger, de defender a marginalidade, mas muito pelo contrário trata-se de defender a Justiça e tratamento digno a quem merece.

(Término do Tempo)

Só para concluir, Senhor Presidente. Para finalizar, Senhor Presidente, enalteço a presteza e a seriedade com que a Promotoria da defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais tem tratado essa questão, apesar de que aos órgãos competentes, deixo aqui o meu protesto, que eles depois de 65 dias, apesar do arrocho imposto por este Parlamento ainda não responderam ao pedido de Informação requerido no começo de fevereiro.

Era isto, Senhor Presidente, era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

(Declina)

Deputado José Afonso Júnior com a palavra.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Meus irmãos Deputados.

Venho a esta tribuna não falar em nome da Bancada do PMDB, mas acredito que falo em nome de todos os meus companheiros que honrosamente compõem esta Casa de Leis. Acredito que, após a reportagem de ontem, feita pela "Rede Globo" os Paramentos de todos os Estados da Federação brasileira estão de luto. Nós não podemos permitir que a imagem de homens sérios, seja através da imprensa, jogada na lama. Eu falo isto com a autoridade de que fui o Prefeito mais jovem da história do Paraná e sendo eu o Prefeito mais jovem da história do Paraná, em Santo Antônio da Platina, com apenas 23 anos de idade, conduzi o meu Município ao maior crescimento industrial e comercial que a sua época já enfrentou. Conseguimos pagar todas as dívidas, recebi elogios do Tribunal de Contas pela maneira competente e honesta com que conduzi os destinos daquele município. De repente, vem a imprensa e tenta jogar toda a culpa dos políticos sem caráter, porque nós temos em todas as profissões pessoas bem intencionadas, como pessoas mal intencionadas. Não é apenas na classe política. São em todas as classes.

Por isso, Senhor Presidente Anibal Khury, eu quero fazer um apelo à imprensa, a imprensa que eu respeito, porque nos momentos autoritários que este país viveu, quantas viúvas de maridos vivos ficaram na esperança de ter o seu chefe de família, o seu pai voltar para suas casas. Mas isto não acontecia porque nós vivíamos num momento arbitrário e autoritário. Quem sabe, como disse bem o Deputado Rafael Greca, estejam querendo fazer conosco e com o povo brasileiro e com o povo do Paraná para que fechem os Legislativos, para que implantem a ditadura neste País, para que nomeiem interventor dos Estados e Municípios. Eu só posso entender por este prisma.

Quero fazer um apelo à imprensa do Paraná: visite-nos, acompanhem o nosso trabalho quando vamos às Secretarias de Estado pedir as reivindicações para os nossos municípios, nos acompanhem o dia-a-dia quando saímos as 9 horas da noite do nosso gabinete.

E o que me entristece, Sr. Presidente, é de saber que o meu pai, que foi Deputado em 1963 junto com Erondy Silvério, junto com Anibal Khury, teve a sua vida ceifada com 43 anos de idade num desastre aviatório quando ele trabalhava pelos destinos, pelo engrandecimento do Paraná. E eu pergunto a vocês: que ordenado envolve o meu pai, à minha querida mãe que está enferma e em depressão hoje? Que cargo que pode devolver o saudoso meu pai que com 43 anos de idade deixou a vida por estar trabalhando dentro desta Assembléia. É por isso que eu não posso ficar conformado, é por isso que eu não posso ficar com a boca calada quando eu me lembro que do Deputado Florisvaldo Palácio, que já foi Deputado, quando me lembro do Deputado Benedito Lúcio Machado, quando me lembro do Deputado Aguinaldo Ferreira Lima, já falecido, que a sua viúva vive em estado precário porque a suas condições financeiras não permitem que elas tenham uma vida tranquila.

Se nós tivéssemos essas vantagens todas, essas viúvas, Sr. Presidente, não estariam a implorar um salário melhor para sustentarem as suas famílias, como o caso do Projeto que Vossa Excelência aprovou, dando 10 mil cruzeiros para cada viúva hoje.

É por isso que eu venho fazer esse desabafo. Não sou um brilhante orador, mas não poderia deixar neste momento de registrar como Vice-Presidente desta Casa o meu descontentamento, a minha tristeza de saber que um repórter faz um apelo a uma Nação Brasileira para dizer que não é para votar em político algum que ostenta hoje um cargo Legislativo. Quem é esse repórter? Ele conhece a vida particular de cada um dos senhores? Ele conhece o atendimento

que nós fazemos em nossos gabinetes.

E eu conto uma história aqui aos Senhores: há praticamente 30 dias atrás, recebi um telefonema à meia-noite na minha casa de uma Professora da minha cidade, de Santo Antonio da Platina, e essa professora me dizia; José Afonso, eu estou no Hospital São Lucas venha aqui me acudir porque a minha mãe acaba de falecer e eu não tenho um tostão no bolso para transportar o seu corpo e muito menos para pagar o seu funeral para Santo Antonio da Platina. Pedi ao Deputado Anibal Khury que me liberasse a ambulância, e fomos com o carro da Assembléia à meia noite ao Hospital São Lucas, carro esse que não tem uma placa de bronze e nem uma placa branca porque se à meia noite, eu que estava acompanhado da minha assistente social, acompanhado do meu assessor de gabinete, se algum repórter me visse à meia-noite num sinaleiro, iria dizer que eu estava mal intencionado com um carro oficial em plena meia-noite.

Desta forma, Sr. Presidente, tenho a dizer que fui acudir essa Professora, tirei 30 mil cruzeiros desse famoso ordenado e paguei todas essas despesas, dei mais 5 mil cruzeiros para que o motorista pudesse pagar o combustível da ambulância, que não só viaja quando falecem pessoas, viaja semanalmente e os recursos são oriundos dos nossos ordenados. Os Deputados que não ocupam cargos na Mesa têm que pagar os seus telefonemas, muitas vezes em torno de 50, 60 mil cruzeiros; os descontos do Imposto de Renda somam a quantia de 70 mil cruzeiros; as doações que nós fazemos a asilos, a creches, a APAE, de maneira que o nosso salário acaba ficando reduzido. Seria um grande salário, Sr. Presidente, se entrasse limpo para o nosso bolso, mas não é isso que acontece: nós repartimos o nosso salário com a nossa sociedade, com o povo que representamos.

E, para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer àqueles mal informados que o trabalho do Deputado não é apenas aprovar projetos de lei, é conseguir saneamento básico para as cidades que ele representa, criação de comarcas-como eu fiz muitas vezes, construção de escolas, criação de ensino de segundo grau, criação de cursos de magistério, construção de hospitais, construção de pontes através do DER, instalação de Raio-X em hospitais, abertura de agência do Banestado em cidades que não tinha, como é o caso de Curiúva, com o Sr. Prefeito aqui presente, criação da Regionl do Banestado em minha cidade, Santo Antonio da Platina, criação de ginásios e colégios, criação de cursos de enfermagem, doação de carros de Polícia para diversos municípios, doação de carros para asilos, por exemplo um doado recentemente a Santo Antonio da Platina.

Este é o trabalho do Parlamentar. Quando a imprensa tiver que falar de nós, ela venha saber conosco, com os Parlamentares do Paraná, qual o serviço que estamos prestando à nossa gente.

Mas infelizmente a imprensa escolheu a corja da política, porque os homens que foram entrevistados ontem não tinham a dignidade de exercer um mandato como os Srs. que estão sentados aqui representam esta Casa.

Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência.

Obrigado, meus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Gostaria de registrar a presença do Vereador Itacyr Sebem, Presidente do Pato Branco Futebol Clube, nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados. É sobre um assunto já tratado por alguns Deputados e por último pelo Deputado José Afonso Júnior com muita propriedade, diga-se de passagem, como sempre. A posição do PRN já foi transmitida aqui pelo companheiro Alborghetti e nós, em nome do Deputado Antonio Barbara, da Deputada Amélia Hruschka, endossamos o pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, falando no Horário da Liderança do PRN. Agradeço ao Deputado Nereu Massignan pela cessão do horário do PSDB que estamos fazendo uso neste instante para, Deputado Nereu Massignan e demais companheiros desta Casa, chamar a atenção de todos para um assunto muito grave que está ocorrendo no Estado do Paraná.

Ontem tratamos o dia inteiro, vários Deputados e os Líderes partidários, de assunto ligado ao Magistério: a greve dos Professores do Estado do Paraná. Uma reunião que começou logo cedo, passou pela hora do almoço, viemos para o plenário e terminamos por volta de seis horas da tarde.

Discutimos e esta Casa teve uma posição, no meu modo de ver, brilhante, ao dar aos Professores e aos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, o mínimo necessário e o mínimo que eles tinham direito.

Mas não tratamos, Srs. Deputados, de um outro problema. Existe uma outra greve no nosso Estado e que tínhamos conhecimento vagamente e que talvez a maioria dos colegas, pelo envolvimento durante muitos dias na greve do Magistério e no atendimento destes mesmos colegas, a greve do Magistério e a preocupação com a falta de aulas, talvez muitos Deputados não tenham tomado conhecimento: a greve das serventes das escolas do Estado do Paraná. As zeladoras e os zeladores que trabalham nos colégios do Estado do Paraná também estão em greve. E eu conversei, um dia deste, com duas zeladoras de minha cidade, Maringá, e elas me informaram que a presidente do setor lá de Maringá entraria em contato com este Deputado. Ficamos no aguardo.

Hoje conversamos com algumas Senhoras zeladoras, inclusive com aquela que preside a classe na cidade de Maringá. Elas ganham, refiro-me à dona Tina, elas ganham, nobres Deputados, o salário mínimo, seco, para oito horas de trabalho diário, para quarenta horas semanais.

Quando acontece um aumento para aquelas que ganham um pouco mais do que o salário mínimo, a zeladora já em final de carreira, o aumento não é aquele proposto pelo Governador do Estado, que já nos meses de fevereiro e março o aumento veio curto. Em fevereiro onze por cento. Em março 50%.

E, na verdade, nobres Srs. Deputados, o reajuste dos zeladores em março, nobre Líder da Bancada do PMDB, meu amigo Caíto Quintana, e sei, preocupado também com este assunto e pode nos ajudar muito para a frente neste aspecto e entendimento com o Governador, o aumento foi de apenas 10% então 50% como proposto pelo Governador e votado por esta Casa porque o Governador se baseia numa tabela paralela e que dá o mínimo que se possa imaginar.

Então quem ganhava, por exemplo, já no fim de carreira, já para se aposentar, digamos, 4 mil cruzados, um pouquinho acima do salário mínimo teve aumento de 10%, não participou daquele reajuste de 50%. Isto é gravíssimo porque os 50% já não representavam absolutamente nada para estes Servidores.

Mas é grave também o problema de uma secretária de colégio, que é o problema das secretárias de colégios. O seu holerite está aqui nas minhas mãos e ela trabalha meio expediente, porque se dedica aos afazeres do lar e ela recebe meio salário mínimo. Imaginem, colegas Deputados, alguém recebendo exatamente meio salário mínimo por um mês de trabalho em uma escola. Então é uma classe que precisa de atendimento. E talvez nós tenhamos culpa por não termos acompanhado. É que elas não têm a capacidade de organização que têm os Pro-

fessores porque não têm condições financeiras, ganhando salário mínimo, de se organizarem para virem aos Deputados de cada região pedir apoio.

Conclamo aos companheiros dos mais diferentes pontos do Paraná que, voltando das visitas em suas bases, procurem contato com zeladoras de colégios para trazer subsídios na próxima semana e juntos aqui cada um representando determinada região defendendo também os interesses desta classe bastante sofrida.

O SR. ANTÔNIO BARBARA - Deputado Ferrari Júnior, agradeço o aparte e quero parabenizá-lo pela lembrança porque aonde a gente passa pelas nossas bases é uma reclamação de todos, e é uma reclamação justa.

Acho que deve ser revisto e eu o parabeno porque esta classe tem sido esquecida, talvez pelo Governo do Estado pela situação do Paraná. Considero isso um salário de miséria por aquilo que elas fazem, realmente em uma escola são as que mais trabalham, as que mais lutam. Vossa Excelência conte com o seu companheiro para realmente lutar por esta classe.

Muito obrigado. Agradeço o aparte.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Muitas Senhoras velhinhas já no final de carreira, 28 anos de serviço, velhinhas e doentes e os Srs. Deputados sabem disso tanto quanto eu, elas estão lá nas escolas tratando da limpeza e percebem um pouquinho a mais que o salário mínimo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, gostaria de uma vez mais solicitar de Vossa Excelência, o contracheque que Vossa Excelência tem, hoje não teremos os aplausos na hora em que Vossa Excelência me entregar o contracheque. Porque tenho constatado tudo isto para entendermos a realidade. Aproveito o aparte de Vossa Excelência e a presença do Deputado Rafael Greca no Plenário, e que foi muito gentil comigo no dia em que houve a colocação de que uma professora havia recebido no mês de abril, digo, no mês de março a importância de 2.782,00 cruzados, e eu realmente acho isto um absurdo e fui procurar na fonte para saber a verdade como é que era a coisa, e tenho a informar, uma informação minha que tenho em mãos e aproveitarei o ensejo para passar ao Deputado e para que possamos continuar buscando a verdade.

Na verdade, o contracheque de 2.782,00 cruzados não é de 2.782,00 mais 3.189,00 neste contracheque, há os descontos. Segundo lugar, no mês de fevereiro o contracheque desta Professora que não sei quem é já era de 3.877,00 com os avanços. Só que este é um dos contracheques do mês de mar-

ço. Esta professora, na verdade, recebeu no mês de março, 3.189,00 nesse contracheque, recebeu mais 1.602,52 em um outro contracheque que não foi apresentado totalizou quatro mil, setecentos e noventa e dois cruzeiros e trinta e três centavos, e mesmo considerando o aumento de 60.61, essa professora receberá no final desse mês, sete mil, seiscentos e noventa e seis cruzeiros e noventa e cinco centavos, considerando mais, ainda, que essa professora não tem regência de classe, porque ela é celetista, não faz parte do quadro, portanto, não teve concurso, é celetista, se não, teria mais hum mil e novecentos cruzeiros de regência de classe, chegando a nove mil e poucos cruzeiros.

Eu passarei às suas mãos, Vossa Excelência vai procurar conferir se é verdade, eu não estou dizendo que é, é a informação da Pagadoria, como também gostaria de ter do Deputado Ferrari Júnior as colocações que ele está fazendo, uma fotocópia delas para que eu pudesse buscar na área competente, a resposta à reivindicação de Vossa Excelência, até mesmo me somar com Vossa Excelência na solução desse fato.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Não tenho dúvidas disso, Deputado, e peço inclusive que não só leve os contracheques para conferência, mas leve também a pauta de reivindicações das zeladoras do Estado do Paraná e peça ao Governador Álvaro Dias, para que dê uma atenção a estas senhoras e a estes senhores que trabalham no Estado do Paraná e ganham tão pouco.

Para encerrar Deputado Aníbal Khury, encerrando eu disse da Tribuna há uns três dias atrás, não me lembro bem, que o Governador Álvaro Dias, não poderá como costumeiramente faz, chamar os Deputados de irresponsáveis, quando esses Deputados inclusive, da bancada do PMDB, votaram o reajuste do Funcionalismo e dos Professores, que nós nos baseamos, nós da bancada de Oposição e os Deputados da Bancada do PMDB, que também votaram favoravelmente, nós nos baseamos na inflação do mês de março, não foi dado um centavo a nenhum trabalhador apenas a inflação e nós encontramos hoje na imprensa e acompanhamos o pronunciamento do Deputado Erondy Silvério, pedindo um esclarecimento do Governador Álvaro Dias, para o aumento da luz que surpreenda a população encontramos hoje na "Gazeta do Povo", tarifas de luz, causam espanto com os aumentos e fala em aumento de mais de cem por cento.

O Governo cobra acima da inflação o seu serviço, mas não quer passar pelo menos a inflação a seus funcionários. Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Se-

nhor Presidente, antes que Vossa Excelência, passe à Ordem do Dia, cabe na condição de Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário em nosso nome, e do Deputado Sabino Campos, que é o Parlamentar da Comissão de Agricultura, relatar a Vossa Excelência que foi o Presidente do primeiro Fórum de Debates sobre as medidas econômicas e seus reflexos na agropecuária que realizamos hoje de manhã esse evento e que lá compareceram além do Deputado Pessuti o Deputado Sabino, o Deputado Basílio, o Deputado Werner, o Deputado Lauro, o Deputado Paulino e o Deputado Kirinus, e que deste Fórum de Debates, tirou-se um documento conclusivo, que será levado agora por nós dentro de alguns instantes a um outro seminário que está sendo desenvolvido, versando também sobre os efeitos das medidas econômicas do Plano Collor, sobre a Agropecuária. Então só para que fique registrado que hoje de manhã, tivemos cumprida nossa tarefa de debater as medidas econômicas e os seus reflexos na agropecuária, e que agora, em nome desse Poder Legislativo, iremos participar do encerramento de um outro seminário, quando então somaremos este nosso documento, com o documento que lá está sendo elaborado e faremos um único documento das lideranças do setor produtivo do Paraná, para que possa esse documento ser levado por essas lideranças numa audiência que brevemente será marcada com Sua Excelência Ministro da Agricultura, e Sua Excelência Ministro da Economia, para entregarmos e, acima de tudo, discutirmos e buscarmos soluções para o setor da agropecuária.

Quem sabe nessa nossa ida a Brasília, a gente possa ter oportunidade de conversar com as pessoas interessadas e aí sim, conquistarmos um "Globo Reporter" para discutir na profundidade, problemas de interesse, realmente, do povo brasileiro como é o problema hoje vivenciado pela agropecuária nacional. Este sim daria um "Globo Repórter" de qualidade, de validade, que poderia ter um resultado prático e não a essas barbaridades que a gente assiste, tentando denegrir a imagem de pessoas que estão trabalhando no dia-a-dia, buscando-se na opinião pública saber o que pensa de um Deputado, de um Vereador, de uma pessoa, que sequer sabe em quem votou há três anos atrás. Se me perguntarem hoje para quem dei meu primeiro voto a Vereador, eu saberei responder, como saberei responder para quem eu votei em todas eleições. E uma pessoa que vai à televisão e diz que não sabe para quem votou para Vereador, nem para Deputado e depois acusa Deputados de ladrões e de marajás, não merece credibilidade e deveria ser punido pela justiça por estar difamando e praticando calúnia.

A "Rede Globo", no nosso entendimento, caluniou o Poder Legislativo. Não esse Deputado que se sente tranquilo quanto às críticas lá colocadas porque temos consciência do que fazemos. Mas, caluniou o Poder Legislativo e nós entendemos que o Poder Legislativo do Paraná e do Brasil agora, tem que se manifestar a respeito como aconteceu aqui hoje.

Apenas, então Senhor Presidente, para registrar que o bloco agropecuário e a Comissão de Agricultura cumpriu determinações de Vossa Excelência e realizou o primeiro Fórum de Debates sobre os efeitos das medidas econômicas na agropecuária paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço a Vossa Excelência.

O artigo 138 da Constituição Estadual diz o seguinte: "A Assembléia Legislativa elaborará proposta orçamentária do Poder Legislativo cujo montante de recursos não poderá ser superior a 3% da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito e participação nas transferências da União".

A Mesa mandou proceder a um estudo sobre as verbas da Assembléia e constatou, para nossa satisfação, que a Assembléia está gastando menos de 2%. Isso que interessa. Nós estamos cumprindo rigorosamente a Lei Orçamentária.

Nós também mantivemos entendimentos com o Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Tônico Ramos, a respeito do noticiário de ontem e, vamos continuar mantendo entendimentos com os outros Presidentes para chegar a uma conclusão do que devemos fazer nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em n. de 3 (três) de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Depu-

tado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 36/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 36/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que determina a sustação do Processo de Ação Penal contra o Deputado Pirajá Ferreira. Aprovado. (Public. no DA. 41 de 19.04.90)

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 232/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, que reajusta em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Quadro da Procuradoria Geral da Justiça. Aprovado. (Public. no DA. 41 de 19.04.90)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 233/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 90/90), que objetiva reajustar, a partir de 1º.04.90, em 60,61%, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela CLT., da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, conforme específica. Aprovado. (Public. no DA n° 41 de 19.04.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 234/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que reajusta em 60,61% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário. Aprovado. (Public. no DA, n° 41 de 19.04.90)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 235/90, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, que dispõe sobre o reajuste dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores do Tribunal e adota outras providências. Aprovado.

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 186/89, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que dá responsabilidade ao Estado do Paraná, na manutenção dos Cursos de medicina e Odontologia da Universidade Estadual de Maringá. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade e PARECERES FAVORÁVEIS da C.E. e C.S.P., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Emendas. Aprovadas.

O Projeto irá à Redação Final.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 84/88, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MULHERES DE CARREIRA JURÍDICA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - No item 5, constam emendas. Também estão aprovadas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) O Projeto já está em redação final. As emendas anteriores já estavam aprovadas.

Só foi aprovada agora a emenda de 3.^a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 225/89, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS SERVIDORES DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 233/89, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MONTE MORIA - AEMOM, com sede e foro no Distrito de Mauá da Serra, município de Marilândia do Sul. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 269/89, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA POPULAR DE RIBEIRÃO DO PINHAL, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 331/89, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a SANTA CASA DE PARANAVAI, com sede e foro em Paranaíba. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 392/89, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que autoriza o Poder Executivo consolidar e renegociar a dívida da Cidade Industrial de Curitiba S.A. - CIC e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 398/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede à MARIA RODRIGUES DA SILVA, viúva do ex-Prefeito de Jardim Alegre, Senhor José Lopes da Silva, pensão mensal no valor de dois salários-mínimos. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Emenda. Aprovada. Projeto Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 21/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que torna obrigatória a execução dos Hinos Nacional e do Paraná, nas festividades esportivas e nos estabelecimentos de ensino. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 29/90, de autoria do Deputado Ironi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a CRECHE MUNICIPAL RECANTO FELIZ, da cidade de Mandaguari - PR. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 176/90, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO SANTOS LIMA, com sede e foro nesta Capital. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 204/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 75/90), que cria o Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, emendas adicionais de Plenário em n° de 3 (três) de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01
AO PROJETO DE LEI N° 204/90

Art. Único - O Projeto de Lei n° 204/90, fica acrescido de artigo com a seguinte redação:

"Art... - Os Jornalistas serão aposentados com remuneração integral aos 30 (trinta) anos de serviço na função".

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(aa) CAÍTO QUINTANA
VERA AGIBERT

ARTAGÃO MATTOS LEÃO
LAURO LOBO ALCÂNTARA
NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A aposentadoria do jornalista aos 30 anos de serviço está contida na Lei n° 3.529, de 13 de janeiro de 1959. Estender este mesmo benefício aos servidores do Estado integrantes desta Categoria é uma questão de justiça e isonomia, dada a mesma natureza da função.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Artigo Único - O Projeto de Lei n° 204/90, fica acrescido de artigo com a seguinte redação:

"Art... - Os ocupantes de cargos nas categorias funcionais atingidas por esta Lei, ativos ou inativos, farão jus à gratificação de responsabilidade técnica no percentual de 40% (quarenta por cento) sobre seus vencimentos, para todos os efeitos legais".

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Vera Agibert, Artagão Mattos Leão, Neivo Beraldin, e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n° 9.186, de 8 de janeiro de 1990, autorizou o Poder Executivo a pagar a gratificação de responsabilidade técnica, no percentual de 40% dos vencimentos a diversas categorias de nível Universitário.

Estão abrangidos por essa Lei autorizativa os técnicos em administração, economistas, médicos veterinários, químicos, farmacêuticos, contabilistas e biólogos, entre outras categorias.

Os engenheiros já percebem tal vantagem, autorizados pela Lei n° 9.049, de 07 de julho de 1989.

O jornalista foi excluído desse benefício. Entretanto, é indiscutível a responsabilidade técnica do jornalista à vista da legislação que regula a matéria pertinente à sua atividade, a Lei de Imprensa, tornando-se, portanto, injusta a sua exclusão, por obediência ao princípio da isonomia.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

Artigo Único - O artigo 8°, do Projeto de Lei n° 204/90, fica acrescido de parágrafo com a seguinte redação:

"§ 3° - Somente será aceita inscrição de candidato que, em cada uma das categorias funcionais, apresentar prova de que está habilitado ao seu exercício, nos termos do que estabelece a respectiva regulamentação profissional, e em cumprimento aos termos da Lei Estadual n° 7557, de 22

de dezembro de 1981".

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamentos: Vera Agibert, Artagão Mattos Leão, Neivo Beraldin, e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Necessário, por imperativo legal, assegurar-se apenas às pessoas legalmente habilitadas o exercício de profissões com regulamentação específica.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação, a emenda n° 1, de autoria do Deputado Caíto Quintana.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Caíto Quintana, que reconhece que reposição salarial não é ganho real de salário.

E concordar com as emendas deles e dizer que a bancada do PDT vota favorável, especialmente porque nós entendemos que ela também, assim como as outras que foram apresentadas ontem, é plenamente constitucional.

Era isso, Senhor Presidente e nobre Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda n° 1. Aprovada.

Em votação a emenda n° 2. Aprovada.

Em votação a emenda n° 3. Aprovada.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 210/90, de autoria do Deputado João Arruda, que cria, "ad referendum" de plebiscito, o Município de Nova Esperança do Sudoeste, desmembrado do Município de Enéas Marques e parte do Município de Salto do Lontra e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 211/90, de autoria do Deputado João Arruda, que cria "ad referendum" de resultado de plebiscito o município de Pinhal de São Bento, cita limites e confrontações e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 09/90, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Pato Branco, para que a população decida sobre a criação do Município de Bom Sucesso do Sul, desmembrado do Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário.

Emenda Substitutiva. Aprovada.

Projeto. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 228/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 64/89), que autoriza o Poder Executivo permutar imóveis no Município de Cornélio Procopio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 173/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 67/90), que dá nova redação ao artigo 6° da Lei n° 9.194 de 18.01.90. (Os valores da gratificação de Gabinete e da gratificação de Produtividade ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento). Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 173/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, encaminhado a este Poder por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, através da Mensagem n° 67/90, tem por finalidade dar nova redação ao art. 6° da Lei n° 9194, de 18.01.90. (Os valores da gratificação de Gabinete e da gratificação de Produtividade ficam reajustados em 292,11% (duzentos e noventa e dois inteiros e onze centésimos por cento).

Examinando o projeto, verificamos que constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões em

(a) ANIBAL KHURY - Presidente
LUIZ CARLOS ABORGHETTI - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 29/90, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza a realização de plebiscito nas divisas descritas, no atual Distrito Administrativo e Judiciário de Alto Alegre, no município de Colorado, para que a população decida sobre a criação do Município de ALTO ALEGRE. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 29/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito nas divisas descritas, no atual Distrito Administrativo e Judiciário de Alto Alegre, no município de Colorado, para que a população local decida sobre a criação do Município de ALTO ALEGRE.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art. 19, § 1°, II, da Constituição Estadual, não existindo óbices de natureza constitucional, legal ou regimental, que impeçam a sua normal tramitação.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
ERONDY SILVÉRIO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/90, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que autoriza o Poder Executivo a criar a FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE BANDEIRANTES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 41, de 19.04.90).

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 242/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo a criar a Faculdade Estadual de Educação, Ciências, Filosofia e Letras de Bandeirantes.

Efetivamente, trata-se de iniciativa de extrema necessidade, sendo portanto absolutamente pertinente a sua execução, eis que a criação e instalação de um estabelecimento de ensino superior na cidade de Bandeirantes, viabilizará a permanência dos jovens naquela cidade, o que ajudará no desenvolvimento da região onde serão diretamente aplicados os conhecimentos por eles adquiridos.

Posto isto, somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 25.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
ALGACI TÚLIO - Relator

Aprovado, com o Parecer do Relator.

A Mesa já fez anunciar que o Sr. Governador do Estado mandou projeto de revisão orçamentária, de acordo com o que tínhamos decidido.

Por isso mesmo, tratando-se de uma revisão orçamentária, a Mesa solicita aos Srs. Líderes de bancada que façam a indicação na Comissão de Orçamento, pelo menos, para que na semana entrante a Assembléia possa discutir e votar essa revisão orçamentária.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria que Vossa Excelência determinasse à Mesa a indicação da bancada do PMDB, que posteriormente farei chegar à vossa mão.

- Comissão de Orçamento - Deputado Djalma de Almeida César e Deputado Cândido

Pacheco Bastos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência deverá encaminhar então. É constituída da seguinte forma:

Dois membros para o PMDB.

1 membro para o PSDB.

1 membro para o PFL.

1 membro para o PDT.

1 membro para o PRN.

1 membro para o PTB.

A Mesa só está anunciando a composição da Comissão de Orçamento.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Já indicamos a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - O PSDB indica o Deputado José Rogério para compor a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede que encaminhe a indicação por escrito.

O SR. JOÃO ARRUDA (Pela Ordem) - A Bancada do PFL indica o Deputado Basílio Zanusso, e posteriormente o faremos por escrito.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Sr. Presidente. A Bancada do PDT indica o Deputado Namir Piacentini como titular da Comissão e como suplente o Deputado Algaci Túlio.

Nós faremos chegar à Presidência por escrito. Nós queremos já antecipar, para que sejam iniciados os trabalhos para a realização da eleição, que vai eleger Presidente e Vice-Presidente da mesma Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, na votação da revisão orçamentária, seguirá o critério da votação do orçamento.

Vossas Excelências terão o direito de apresentar emendas.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1016, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1037, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Anunciamos, com grande satisfação a presença, com assento nesta Mesa, do Presidente da Assembléia de Santa Catarina, Deputado Heitor Scheh. Para saudá-lo, indico um "catarina", Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Heitor Scheh, que nos visita no momento em que todo o Parlamento e o Poder Legislativo é agredido por um programa da Rede Globo, que busca o enfraquecimento do Poder Legislativo, através de críticas, muitas delas infundadas, de críticas pinçando situações anômalas e buscando na verdade, enfraquecer o Poder Legislativo na comparação com a pretensa moralização do Presidente-aviador, Collor, buscando um contraste, preparando quem sabe uma situação que possa, com o apoio popular, ser fechado, serem fechados os Parlametos no Brasil.

Eu quero agradecer a oportunidade que o Deputado Anibal Khury, nosso Presidente, me dá, para saudar a vinda a este Parlamento, do Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, principalmente por ser eu catarinense de Itajaí, criado em Florianópolis, que apesar de vinte e dois anos no Paraná não consegui ainda deixar o sotaque assoriano do litoral catarinense que acaba me identificando, apesar dos vinte e dois anos de Paraná.

Também tenho estado em Santa Catarina, tenho tido oportunidade de visitar a Assembléia Legislativa onde tenho grandes amigos ainda do meu tempo de estudante, de jovem, lá de Florianópolis, onde ainda residem os meus pais.

O nosso agradecimento, portanto, em nome dos Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, que não só eu, mas muitos outros também são de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de n° 1017, de autoria do Sr. Deputado Nereu Massignan, constante do expediente. - Em discussão.

A Mesa não vai atender este requerimento, porque os processos licitatórios, a Secretaria é obrigada a mandar à Assembléia dentro de um prazo determinado segundo uma lei em vigor.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem)

- Eu sei, Sr. Presidente.

Vossa Excelência nos dá uma informação correta. Entretanto, consta desses processos licitatórios que foi encaminhado ao Sr. Governador Álvaro Dias para convalidar a licitação, isto supõe que a licitação foi feita sem o cumprimento de alguma determinação legal, e como não houve o cumprimento de alguma determinação, de algum ato processual, se pediu ao Governador que convalidasse o ato administrativo da Secretaria.

Ora, na medida que chega ao Governador um pedido de convalidação de duas li-

Curitiba, quarta, em 25.04.90

citações e o Governador se nega a convalidar, se nega a respaldar esse processo licitatório é porque existe irregularidade. A razão do meu pedido de informações é nesse aspecto já que há informações de que na semana do "Dia do Fico", onde se gerou por um parto duvidoso os filhos do mal, naquele momento se falava que inclusive lá, no Palácio, havia a insistência que se homologasse algumas licitações da área da Secretaria da Saúde e que houve a negativa da Assessoria Jurídica do Palácio em convalidar tais licitações.

Dáí porque o nosso requerimento emergencialmente, e com prazo constitucional sejam encaminhados esses processos para conhecimento da Casa.

Entretanto, se Vossa Excelência manter a opinião de que a lei determina assim, eu gostaria que Vossa Excelência nos informasse o prazo para que tenhamos esses processos em mãos no devido prazo legal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não tenho a lei em minhas mãos, mas devo informar a Vossa Excelência que no decorrer do processo licitatório, a Secretaria da Saúde e qualquer outra Secretaria teria que enviar esse processo à Assembléia.

A Mesa vai acatar esse requerimento de Vossa Excelência e, concomitantemente, vai tomar as providências para averiguar se esses processos foram encaminhados à Assembléia.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mesmo porque, Sr. Presidente, somando-se a sua argumentação, já que é pedido de convalidação de ato administrativo, essas concorrências foram realizadas à revelia de alguma coisa ou da lei, ou do processo licitatório, e a Assembléia não toma conhecimento porque é um processo que se concluiu, e com a conclusão chegou-se a uma outra conclusão de que era irregular e daí se pediu a convalidação do Governador, que não acatou.

Então a própria Assembléia não está sendo informada dos processos licitatórios.

Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1014, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1029, 1030 e 1031, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1048, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Encaminhe-se administrativamente, através do setor de expedição do D.A.

Requerimento de n° 1020, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1049, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1051, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1053, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1057, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Encaminhe-se administrativamente através do setor de expedição do D.A.

Requerimento de n° 1054, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1001, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1015, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1052, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1038 e 1039, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1050, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1032, 1033, 1034, 1026, 1027 e 1028, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045 e 1046, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.

diente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1036, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1018, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1058, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1035, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1019, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 0997, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Gostaria que a Presidência, que sempre foi solícita com os Parlamentares, nos informasse a respeito do requerimento de convocação do Sr. Governador Álvaro Dias e do Vice-Governador, para que aqui venham dar as explicações a respeito da não renúncia do Governador e do seu "Dia do Fico", que já foi encaminhado na semana retrasada, e estamos aguardando que seja submetido à votação por este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa ainda não elaborou o seu Parecer, mas tão logo o tenha em mãos, vai submeter à Assembléia.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu espero que seja breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quem espera sempre alcança.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 245/85, 186 e 392/89, 08 e 88/90.

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 204/90

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 228/89 e 173/90, e do Projeto de Resolução n° 29/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/90 e do Projeto de Resolução n° 36/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 159, 270, 291, 304, 17, 24, 36, 38, 39, 112, 158, 159, 160, 164, 165 e 209/90, e dos Projetos de Resolução n°s 23, 28, 46 e 47/90.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N° 118/90

colocar o funcionário HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO, matrícula n° 418, ocupante do cargo de Oficial Legislativo - "A"-NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição do Ministério da Saúde, sem ônus para este Poder Legislativo.

(Protoc. n° 2870)

DECRETO LEGISLATIVO N° 119/90

manda retificar o Decreto Legislativo n° 029-90, que concedeu aposentadoria ao servidor LUIZ FERNANDO FLORES, matrícula n° 481, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para dizer onde se lê: combinado com o Art. 35, inciso III, letra "C", modifique-se para "combinado com o Art. 35, inciso III, letra "A", da Constituição do Estado do Paraná.

(Protoc. n° 10.451)

Palácio "XIX de Dezembro", em 24.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

1° Secretário

(a) WERNER WANDERER

2° Secretário